

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA DEZOITO DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

----- No dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e três, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas: -----

Senhor Deputado Municipal Paulo Teixeira de Almeida (justificada); -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----

– Foi efetuada troca de correspondência com a CMV para esclarecimento de situações colocadas. -----

– As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----

– A Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (Igamaot) remeteu email referente ao assunto: -----

S/13216/AOT/23 - Avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional no município de Viseu - Início da Ação de Inspeção. -----

– O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remeteu email referente ao assunto: -----

GPPCP - Discussão na generalidade do Projeto de Lei n.º 421/XV - Altera o procedimento especial de reposição de freguesias - 4 de julho de 2023. -----

– Os Órgãos Sociais da Associação Cultural Recreativa e Social de Teivas, remeteram via correio eletrónico agradecimentos. -----

– Foram recebidas várias reclamações/queixas de cidadãos. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023. -----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023. -----

– Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado – SROC, Lda. Remeteu via correio eletrónico o relatório sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2023. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, bem como as respetivas certidões referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da AM de 26-06-2023. -

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia das Atas da Sessão Extraordinária da AM de 25 de abril de 2023 e da Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023. -----

– Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara os seguintes documentos: -----

- Consolidação de Contas relativa ao Exercício de 2021 – Município de Viseu. -----

- Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2023 -----

Revisão Orçamental (Alteração Orçamental Modificativa) N° 2. -----

– Foram enviadas às diversas entidades comunicações com a informação das Deliberações que foram aprovadas na Sessão Ordinária da AM de 26-06-2023. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (Igamaot) remeteu email referente ao assunto: -----

S/13216/AOT/23 - Avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional no município de Viseu - Início da Ação de Inspeção. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email dos Órgãos Sociais da Associação Cultural Recreativa e Social de Teivas, no qual endereçam agradecimentos. -----

– Foram remetidas ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara via Edoc as várias reclamações/queixas enviadas por cidadãos. -----

– Foram remetidas aos Grupos Municipais as várias reclamações/queixas enviadas por cidadãos. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português referente ao assunto: -----
GPPCP - Discussão na generalidade do Projeto de Lei n.º 421/XV - Altera o procedimento especial de reposição de freguesias - 4 de julho de 2023. -----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara o documento “Apelo ao Município de Viseu” entregue pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa.

11 – Foi remetido via postal, ao Exmo. Senhor Presidente da Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas o Voto de Louvor aprovado por unanimidade às Cavalhadas de Teivas. -----

– Foi remetido via Edoc, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, os dois Votos de Louvor aprovados por unanimidade às Cavalhadas de Teivas. -----

– Foi remetido via postal, ao Exmo. Senhor Presidente da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, os dois Votos de Louvor aprovados por unanimidade às Cavalhadas de Vildemoinhos. -----

– Foi remetido via Edoc, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, os dois Votos de Louvor aprovados por unanimidade às Cavalhadas de Vildemoinhos. -----

– Foi remetido via postal à Exma. Família do Senhor António Elísio de Jesus Dias o Voto de Pesar pelo seu falecimento, aprovado por unanimidade na passada Sessão Ordinária de 26 de junho de 2023. -----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Pesar pelo seu falecimento do Exmo. Sr. António Elísio de Jesus Dias, aprovado por unanimidade na passada Sessão Ordinária de 26 de junho de 2023. -----

- Foi remetido via postal à Exma. Família do Senhor Vasco Baptista Chaves o Voto de Pesar pelo seu falecimento, aprovado por unanimidade na passada Sessão Ordinária de 26 de junho de 2023. -----
 - Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Pesar pelo seu falecimento do Exmo. Sr. Vasco Baptista Chaves, aprovado por unanimidade na passada Sessão Ordinária de 26 de junho de 2023. -----
 - Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 26-06-2023. -----
 - Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023. -----
 - Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
 - Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
 - Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
 - Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----
 - Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----
 - Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu foi remetido via Edoc o relatório da Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado – SROC, Lda referente à informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2023. -----
 - Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email da Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado – SROC, Lda contendo o relatório referente à informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2023. -----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Verificada já a existência de quórum pelo registo das presenças já efetuadas, vamos então também já iniciar os nossos trabalhos. -----
- Cumpre, como é óbvio, à Mesa dar as seguintes informações: -----
- Começamos por informar o Plenário que em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----
- Assim, -----
- Informamos que a Deputada Municipal do PS, Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Celina Lourenço Martins Ferreira, por impedimento e pedido de substituição Mauro Leandro Matos Pinto. -----
- A Deputada Municipal do BE, Ana Carolina Damas Gomes, é substituída por Lúcia Maria de Abreu Vilhena. -----



O Deputado Municipal do PSD, Paulo Jorge de Almeida Pereira, é substituído por Hélder Filipe dos Santos Viana, por impedimento e pedido de substituição de Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes. -----

O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Paulo Alexandre Teixeira de Almeida. -----

O Deputado Municipal do PSD, José Alberto da Costa Ferreira, é substituído por Ana Paula dos Reis Madeira. -----

Comunicámos a todas as forças políticas as vagas ocorridas e também os competentes preenchimentos.

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Freguesia de Barreiros e Cepões, João da Silva Duarte, informou que se faz substituir por Joana Sofia Duarte dos Santos. Esta informação fica comunicada ao Plenário. -----

Recordamos também a todos os Senhores Deputados que da correspondência recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados relevantes. -----

Na sequência também da receção do Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu SMAS, respeitante ao primeiro semestre do exercício económico 2023, do mesmo foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os Membros deste Órgão. --

Informa-se também que foi atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo da correspondência recebida e expedida, sendo geralmente arquivada na pasta da sessão que se lhe segue, estando disponível para consulta no Gabinete de Apoio, sendo também acautelados todos os procedimentos para esclarecimento de situações colocadas. -----

No que respeita às intervenções no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), serão feitas de acordo com o previsto no Regimento em vigor, e de acordo com o alinhamento que os Grupos Municipais vão entregando à Mesa. -----

Faremos logo de início a seguinte proposta: propomos que, para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia. Por isso, tem a ver com a aprovação das deliberações em minuta. -----

Em relação a esta proposta alguém tem alguma coisa a dizer. Não havendo nenhum pedido, quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, foi *aprovado por unanimidade*. -----

A Ata também foi disponibilizada para análise dos Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. -----

Não chegou até agora qualquer observação aos documentos distribuídos pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos. -----

Em relação à Ata da Sessão Ordinária de 26/06/2023, algum dos Senhores Deputados tem alguma situação a colocar? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade*. -----

Vamos iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia e por isso, dava a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Santos. -----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todas e a todos. -- Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Caríssimos Membros desta Assembleia, Colegas Presidentes de Junta, Público, Jornalistas, uma saudação muito especial e que a semana corra bem. -----

A minha intervenção Senhor Presidente vai ser muito rápida, mas conectados com uma decisão do município e dos serviços conexos, queria deixar aqui enquanto autarca da Freguesia de Viseu o nosso sincero regozijo Senhor Presidente da Câmara pela aquisição da

Foto Batalha, da casa da Foto Batalha na Rua Direita. Acho que foi de facto uma decisão acertada, é um património municipal com valor, enfim, importante, sobretudo naquilo que ela representa para o património de edificado, mas também para a relevância que devemos dar às nossas figuras e não nos podemos esquecer que a Foto Batalha realmente teve uma atividade constante e significativa enquanto Estúdio Fotográfico, mas também não nos podemos esquecer que o seu proprietário, um dos primeiros proprietários o António Batalha para além de um fotógrafo exímio, um dos três fotógrafos da nossa cidade, Senhor Presidente se calhar e bem naquilo que aconteceu há dias homenageando a figura do Dr. José Henrique de Azeredo Perdigão, outras figuras há na cidade que não devem ser esquecidas como são o caso de António Baralha, o Foto Germano e também o José Aires. São três fotógrafos de grande relevância na cidade, produziram trabalhos de elevadíssima qualidade e hoje felizmente ainda temos algum espólio, não aquele que gostaríamos de ter, mas ainda existe algum espólio que acho que deveria ser aproveitado. É o caso por exemplo dessa casa, da Foto Batalha que tem no seu recheio um espólio valiosíssimo para o património da cidade. -----

Em suma Senhor Presidente estamos todos mais ricos, estamos todos mais satisfeitos, e queremos deixar aqui bem claro, o Grupo do Partido Social Democrata, esse regozijo e essa satisfação pela decisão tomada. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Junta. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- DOIS – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS): Bom dia a todas e a todos. -----

Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público presente e Comunicação Social. -----

As questões que aqui me trazem são muito simples Senhor Presidente. Há cerca de um ano falou-se aqui relativamente ao contrato de comodato entre a Câmara Municipal e a SAD do Académico de Viseu, queríamos saber enquanto grupo parlamentar do Partido Socialista se nos poderia dar mais algumas informações relativamente a esta matéria e, portanto, dizer-lhe que estamos expectantes relativamente à assinatura também desse contrato. -----

A talhe de foice, perguntar-lhe também, na última Assembleia Municipal tivemos aqui o cidadão José Paulo Cavaleiro a colocar umas questões pertinentes, se houve alguma evolução nesse assunto, se reuniu com o cidadão e se houve alguma *démarche* da parte da Câmara Municipal para que a situação ficasse completamente debelada. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Amélia Soares. -----

----- TRÊS – A SENHORA DEPUTADA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA): Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, bom dia Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e Público em geral. -----

O partido CHEGA faz uma proposta para criação de um espaço com capacidade bastante dimensionada para acolher manifestações culturais como espetáculos, concertos e congressos. -----

Porque as últimas notícias e sabemos que o nosso atual Presidente da Câmara também se preocupa com isso, na comunicação social provam que os viseenses e a região querem e merecem bons espetáculos! -----

Ficou demonstrado que a região merece e que tem capacidade de resposta para tal. -----

As audiências e os espetáculos da Feira de São Mateus com mobilizações de dezenas de milhares de espectadores, e que existe uma carência evidente de um equipamento cultural permanente para servir os viseenses durante o ano inteiro. -----

O teatro Viriato não satisfaz, não só pela limitação do espaço como pelo elitismo da programação que penaliza a maioria dos viseenses afastando-os da cultura. Se a intenção é ter um centro de artes moderna e contemporânea que se crie uma estrutura própria para o efeito e se devolva á cidade e aos viseenses o seu teatro, e não será honesto ter agendas culturais paralelas ostracizando a grande maioria dos munícipes de um espaço que lhes pertence. -----

Face à adesão massiva dos munícipes aos grandes eventos culturais que se realizam e pelo fim da discriminação dos viseenses pela deslocação destes espetáculos para os grandes centros e litoral, afirmamos a vontade inquestionável e determinada dos viseenses em terem acesso aos mesmos sem perderem horas nem arriscarem a vida nas estradas, em viagens para os grandes centros. Deslocações penosas, dispendiosas e irracionais pelas décadas de discriminação que trouxeram a todo o distrito de Viseu o ónus de em pleno séc. XXI serem um distrito com vias perigosas como o IP3 e sem ligações ferroviárias decentes e diretas para o litoral e capital. -----

Seria uma mais valia considerável para alavancagem da região e um cruzamento com a futura praça de restauração para espalhar a sua capacidade e dar a conhecer. -----

Complemento dos equipamentos urbanos culturais existentes na região considerando Viseu a encruzilhada do desenvolvimento do centro norte, como diz o nosso Presidente o coração de Portugal, levando mais par além do litoral e grandes metrópoles o desenvolvimento social e cultural de que enferma Portugal. -----

Há uma segunda situação que gostaria de propor e dar a conhecer aqui, que tem a ver com o reforço policial noturno na zona histórica. Sucedem-se reclamações dos empresários da restauração sobre as condições de higiene e segurança nas vias públicas onde instalam as suas esplanadas e constituem as vias de acesso aos seus estabelecimentos de atividade comercial e residencial em geral. Durante a noite as suas ruas da zona histórica são conspurcadas, sujas, com vomitado, urina e lixo e durante a manhã obrigam os empresários a renovado trabalho de limpeza, desinfeção e higienização, sendo certo que pagam as suas licenças de ocupação dos espaços, é óbvio que a entidade camarária tem de cumprir as suas responsabilidades na cedência da utilização dos mesmos e mais ainda no superior interesse de todos os viseenses em geral. Obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE): Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Secretárias, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Caros Deputados, Presidentes de Junta, Colaboradores, Jornalistas. Tenham um bom dia e bom trabalho para todos e todas. -----

Venho aqui apresentar uma Moção “Pela Urgente Requalificação e Duplicação do IP3 e pela Construção do IC12”. -----

A 20 de Dezembro de 2021, esta Assembleia Municipal aprovou a Moção “Pela Urgente Requalificação e Duplicação do IP3”. A então Moção já falava em dois anos de atraso nestas obras. Estamos em 2023 e os problemas ainda estão por resolver. -----

O Itinerário Principal n.º 3 foi inaugurado em 1991 e, volvidos quase 30 anos do seu nascimento, avançaram as obras de requalificação e duplicação do IP3, e infelizmente, tratou-se de um início frustrado e enganoso, pelo resultado das partes já requalificadas e pelos atrasos na obra. -----

Enquanto o mau estado do IP3 persiste, continuam a morrer pessoas e muitas outras a ficar gravemente feridas e com mazelas para a vida. -----

O grande estado de degradação, o perfil maioritariamente de 1+1 faixas e 2+1 faixas, a inexistência de bermas de segurança em vários pontos que permitam, por exemplo, a circulação de viaturas de emergência mesmo em situação de interrupção da via, são fatores

que têm contribuído para um aumento do risco da sinistralidade e elevada taxa de mortalidade numa via que já foi apelidada de “estrada da morte”. -----

Após a inação de consecutivos governos, com inúmeras moções a exigir a requalificação do IP3, aprovadas nesta Assembleia, por iniciativa de diversos partidos, e uma petição promovida pelo Movimento pela Requalificação Completa e Adequada do IP3, de diversas associações empresariais da região Viseu Dão Lafões, que reuniu mais de 18 mil assinaturas, o anterior governo apresentou o compromisso de requalificar o IP3 com um projeto que prometia segurança, no entanto, no pouco percurso que viu obras de requalificação, as promessas de segurança não foram cumpridas, nomeadamente pela inexistência de bermas de segurança com dimensão para garantir a segurança dos utentes. -----

O IC12 começou a estar disponível em 1995 entre Canas de Senhorim e Carregal do Sal, tendo em 1998 ligado Carregal do Sal à IP3 em Santa Comba Dão. São 21 km de estrada construída em perfil 2+2 faixas que iriam ligar à A25 em Mangualde. -----

Os 22 km restantes do trajeto, nunca foram construídos. Este itinerário complementar permitiria escoar trânsito, principalmente pesado, da IP3, além de ser uma forma de garantir o direito à mobilidade dentro da CIM da Região Dão-Lafões. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 18 de setembro de 2023, delibera: ----

1. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia, de que as obras de requalificação e duplicação do IP3 tenham caráter de urgência, de prioridade nacional, tendo em conta o elevado grau de sinistralidade da via, fundamental para a região, sem que existam alternativas viáveis. -----

2. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia de apresentação de soluções imediatas para a salvaguarda da existência de bermas de segurança que permitam a circulação de veículos de emergência nos locais com apenas uma via. -----

3. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia de apresentação de soluções para as partes do traçado que, apesar da intervenção, ainda persistem troços em perfil 1+1 faixas e 1+2 faixas, de forma a que a IP3 seja definitivamente com o perfil completo 2+2 faixas, que merece. -----

4. Manifestar ao governo a vontade desta Assembleia de ver o IC12 completo até à A25, na zona de Mangualde, essencial para uma solução de mobilidade na CIM de Dão-Lafões. ----

5. Manifestar ao governo a vontade desta Assembleia de continuar a ver todas estas soluções livres de portagens. -----

6. Enviar esta moção para todos os Municípios e Comunidades Intermunicipais servidos pela IP3 e pela IC12, ao Governo, à Infraestruturas de Portugal e à Comunicação Social. --
Muito obrigada. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Está em discussão esta Moção. -----

Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

---- CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os restantes elementos da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores, cumprimentar toda a Assembleia Municipal e agradecer esta Moção para podermos mais uma vez visitar a nossa história e perguntar à Senhora Deputada onde é que esteve de 2015 até 2021 quando suportou um governo que acabou com tudo isso, com tudo aquilo que acabou de dizer, e vem agora reivindicar aquilo que no passado fez questão de pelo menos extinguir numa solução que nos enganou a todos e está agora aqui chateada por ter inventado a solução que hoje o governo não consegue cumprir. A senhora é corresponsável por aquilo que hoje está a acontecer, ou não se recorda? Tudo aquilo que está aqui hoje a exigir é da sua responsabilidade, devia primeiro fazer um pedido

de desculpas. Antes de fazer a reivindicação pedir desculpas por no passado ter andado a enganar os viseenses para uma solução que nós sabíamos que não ia ser concluída. Nesta Assembleia também foi dito que tudo aquilo que os senhores defenderam no passado não iria ser cumprido no prazo que estão aqui hoje a exigir, e antes de 2030 também não vai haver duplicação do IP3, pode ter a certeza absoluta, e a responsabilidade também é vossa, do Bloco de Esquerda, também é vossa! Se está a reclamar aqui a conclusão do IC12, estava preparado na Via dos Duques, tínhamos alternativa não portajada que era a requalificação integral do IP3, não era com duplicação, não era, mas era uma requalificação segura, uma via alternativa para que não acontecesse o que aconteceu com a A25. Não temos alternativa segura e não portajada, ou pelo menos tão rápida, porque foi sobreposto o traçado ao IP5 e por isso, eu agradeço muito que nos traga aqui este tipo de soluções. Bem-vinda ao nosso mundo, ao mundo das reclamações, mas reclame de si própria, não reclame de mais ninguém e peça desculpas primeiro antes de vir aqui exigir o que quer que seja, isso seria bom, seria vertical, seria rigoroso, quanto mais não seja, e por isso, saudamos, sabemos que a culpa e a responsabilidade é daqueles que andam a prometer isto há tanto tempo. Se nós até fizermos uma retrospectiva maior podemos chegar a uma candidatura em Mangualde e estava lá tudo preparado em 2008, IP3, IC12 feito. Até hoje! Há registos disso e estão aqui hoje a dizer a mesma coisa, que é para acontecer em Viseu aquilo que não aconteceu há quase 12 anos ou 15 anos em Mangualde. Por isso, não é novidade a forma como o Governo do Partido Socialista age com a nossa região. -----

Acompanhamos naturalmente a reivindicação, não deixa de ser da nossa parte também uma exigência para que isto se faça o mais rápido possível. Já devíamos ter concluído tudo isto, estaria concluído em 2022, sem qualquer custo para o contribuinte, sem qualquer custo para o contribuinte, e o que está a exigir aqui, eu também gostava que o fizesse, não é só pedir, é também saber como é que se paga, é saber como é que se paga, porque no fim do dia, na solução que apresenta isto vai sempre aos impostos dos portugueses, e como nós sabemos, infelizmente, a carga fiscal é a maior da história e os senhores também deram esse contributo nas alternativas que apresentaram depois de 2015, e os portugueses ainda hoje não estão aliviados disso. Por isso, da nossa parte, nós iremos acompanhar a reivindicação porque ela é justa, necessária e fundamental, ou não fosse a estrada mais perigosa que temos hoje em Portugal e aquela que une as duas maiores cidades do interior, no entanto não podemos deixar de manifestar aqui também o nosso protesto para com o Governo, para com o Partido Socialista e naturalmente para o Bloco de Esquerda que apresenta esta proposta. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iria colocar à votação. -----

Eu vou ler e retirava só os considerandos. -----

Assim, a Assembleia Municipal: -----

1. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia, de que as obras de requalificação e duplicação do IP3 tenham carácter de urgência, de prioridade nacional, tendo em conta o elevado grau de sinistralidade da via, fundamental para a região, sem que existam alternativas viáveis. -----

2. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia de apresentação de soluções imediatas para a salvaguarda da existência de bermas de segurança que permitam a circulação de veículos de emergência nos locais com apenas uma via. -----

3. Manifestar ao governo a exigência desta Assembleia de apresentação de solução para as partes do traçado que, apesar da intervenção, ainda persistem troços em perfil 1+1 faixas e 1+2 faixas, de forma que a IP3 seja definitivamente com o perfil completo 2+2 faixas, que merece. -----

4. Manifestar ao governo a vontade desta Assembleia de ver o IC12 completo até à A25, na zona de Mangualde, essencial para uma solução de mobilidade na CIM de Dão-Lafões. ----

5. Manifestar ao governo a vontade desta Assembleia de continuar a ver todas estas soluções livres de portagens. -----

6. Enviar esta moção para todos os Municípios e Comunidades Intermunicipais servidos pela IP3 e pela IC12, ao Governo, à Infraestruturas de Portugal e à Comunicação Social. --
Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

Tem a palavra o Deputado António Jorge. -----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JORGE GOMES RODRIGUES (PPD/PSD)**: Muito bom dia. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os respetivos membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente (não está presente) os Senhores Vereadores, Vereadoras, Deputadas, Deputados e estimados Presidentes de Junta. -----

A minha intervenção tem a ver com o arranque de mais um ano letivo e no fundo enumerar aqui algumas das responsabilidades e encargos que o Município assume há algum tempo a esta parte. -----

Assim sendo, quero aqui recordar alguns números: -----

Viseu tem uma comunidade educativa com cerca de 18.000 estudantes. -----

Estamos a falar de um Orçamento Global para a Educação de cerca de 20 Milhões de euros com a disponibilização de uma Escola a Tempo Inteiro para todos os alunos do Município (são cerca de 5300 alunos da Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo). Estes alunos vão ter direito a uma oferta educativa para assegurar as Atividades de Acompanhamento e Apoio à Família e Atividades Extracurriculares. -----

Mais uma vez serão disponibilizados Kits de Material escolar, que resultam num investimento na ordem dos 90 mil euros. -----

Também serão investidos perto de 70.000 euros em Manuais escolares e livros de fichas, para tentar minimizar as despesas com a educação dos seus filhos para as famílias mais vulneráveis. -----

Manter-se-á o investimento em Bolsas de Estudo, há semelhança dos anos anteriores para quem mais necessita delas. -----

Estamos, de facto, a falar de um investimento bastante avultado, e em matéria de Educação no nosso concelho o fardo acaba por ser já bastante pesado, para não falar das refeições escolares, que só estas equivalem a um investimento de cerca 4 milhões de euros. Mais os Projetos de Apoio Complementares à Educação, como: o “Programa dos Lanches Escolares”; o “Programa do Leite Escolar”, o “Programa da Fruta Escolar” que exigem um investimento de algumas largas de dezenas de milhares de euros. -----

As Visitas de Estudo e, por exemplo, os transportes escolares que só estes significam 1,5 milhões de euros, entre transporte regular dos alunos, circuitos especiais e transporte adaptado. -----

Depois temos, ainda, a parte logística: o aquecimento dos edifícios, mobiliário, equipamento pedagógico, o Plano de Requalificação e Manutenção do Parque Digital Escolar, outro investimento, este último a rondar os 150 mil euros. -----

Muito mais haveria a enumerar, temos aqui também a parte e a forte carga em termos de recursos materiais e outras logísticas e em recursos humanos, e muito mais haveria a enumerar, mas só referir que entre a Câmara Municipal e os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias Não Agrupadas já foram estabelecidos contratos de delegação de competências num valor superior a meio milhão de euros. -----

Termino a minha intervenção dizendo que, de facto, estamos perante uma máquina já extremamente complexa em termos de administração, organização e gestão. -----

É um fardo, como referi, já bastante pesado, é um fardo que o município tem de carregar, que a cidade, que o concelho tem de carregar e aqui lembro-me sempre de que eu e outros aqui presentes, se calhar fomos um bocadinho ingénuos porque não vimos astúcia nem maldade no momento de transferir competências. Só depois é que ficámos com a noção que se calhar fomos enganados. No mínimo fomos incautos, e merecia da nossa parte, se calhar, outro tipo de atitude, apesar de saber que havia uma obrigação a cumprir. -----

A responsabilidade é muita, estamos a falar de educar, estamos a falar do futuro, resta-me desejar ao município e, de forma particular, ao pelouro da Educação um excelente trabalho em prol das crianças e jovens da nossa cidade e das nossas aldeias. Muito obrigado. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. Bom dia a todos. -----

Eu hoje trazia apenas dois temas que não estão nas informações, e como todos sabemos, e começava já pelo primeiro, temos falado muito sobre o Plano Diretor Municipal, sabemos todos também da sua importância para o desenvolvimento de Viseu, para a população, para os investidores, no fundo para todos. Sabemos todos também que esta matéria exige muito diálogo, um diálogo permanente e por consequência exige também muita transparência. ---

Ora, no momento de aprovação do PDM, nesse exato dia, nesta Assembleia, ficou prometido que a revisão do PDM iria avançar e, portanto, deixo uma questão muito óbvia até, muito objetiva. Quando é que reinicia a revisão do PDM prometida nesta Assembleia? -----

O segundo tema tem a ver com a Feira Semanal, mais propriamente o espaço onde ela acontece. Ano após ano a discussão mantém-se, as obras de reabilitação são absolutamente necessárias e talvez não estejamos todos a par das particularidades, dos pormenores, dos constrangimentos, também é para isso que serve esta Assembleia, é para esse esclarecimento por parte do executivo e, portanto, também aqui deixo uma questão muito objetiva. Quando é que o executivo pensa avançar com as obras de reabilitação no espaço da Feira Semanal? São apenas estas duas questões que deixava neste momento. Obrigado. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, todos os Membros da Assembleia e demais presentes. -----

O motivo que me traz aqui é novamente serviços públicos na nossa região e em particular no nosso concelho. A cada mês que passa mais um funcionário público se reforma ou por algum infortúnio sai do seu serviço seja ele por morte ou por doença, e a precaridade dos mesmos agrava-se a cada dia, mas em particular hoje e reiterando tudo o que disse nas assembleias anteriores, o que me traz aqui é o Balcão Único o BUPi. -----

O Governo criou a necessidade de cadastrar a propriedade rústica no nosso país e bem, é essencial para o desenvolvimento concertado e organizado do nosso país, no entanto, tal crescimento não pode ser um ónus para o cidadão em geral, a quem ele ao invés de criar ferramentas próprias para o realizar delegou essa competência porque tem que ser o cidadão comum que tem que se deslocar ao Balcão Único de Atendimento para poder construir esse cadastro. -----

Não sei se os presentes sabem, o Senhor Presidente de certeza que sabe até não só pela presidência do município mas também pela presidência da CIM, mas o Balcão Único de

Cadastro da propriedade rústica vai encerrar no final do mês, e eu pergunto que resposta é que o governo dá à comunidade se ele próprio obriga e impõe mais uma obrigatoriedade para que a propriedade rústica possa ser georreferenciada e alienada permitindo o desenvolvimento económico, se encerra essa porta de efetiva necessidade para que o cidadão possa cumprir com uma obrigação vendo-se impedida depois de o concluir. É lamentável, é vergonhoso e mais uma vez o cidadão vê-se impedido e um ónus mais sobre as suas costas para junto do serviço competente cadastrar o seu imóvel essencial para depois poder fazer o seu registo e transacioná-lo se necessário. E a minha pergunta é esta Senhor Presidente: quais são as orientações do governo quer para o concelho quer para a CIM quanto ao Balcão Único do Prédio? Não pode, não pode, um serviço desta natureza ficar desta forma, e os próprios serviços a quem nós questionamos como desenvolver depois essa necessidade e essa obrigação, não haver qualquer resposta. Vamos fechar e não sabemos quais são as orientações futuras, e atenção, não se impute esta responsabilidade à CIM nem aos municípios, porque este serviço é da responsabilidade do Governo Central, e mais uma vez este conjunto de pessoas que foram contratadas para junto do cidadão desenvolver esta ferramenta e fazer o cadastro, que estão a recibos verdes, numa situação completamente precária, veem o seu futuro coartado porque não sabem qual vai ser a resposta até ao final do mês e eu pergunto: delega-se uma competência destas na CIM conivente com uma precaridade desta natureza, porquanto a CIM não tendo o respetivo envelope financeiro para dar resposta a uma necessidade destas não pode obviamente nem abrir concursos nem construir ferramentas de segurança laborais para estes trabalhadores. Mais uma vez “faz o que eu digo e não faças o que eu faço” é um ditado qualquer português, e o governo desenvolve este tipo de exemplos para aquilo que é um serviço público essencial ao desenvolvimento económico. -----

Senhor Presidente, gostaria que esclarecesse esta Assembleia quanto a esta resposta e a esta precaridade de mais um serviço público. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Jorge Adolfo. -----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e Senhores Presidentes de Junta. -----

Gostaria de em primeiro lugar, em nome da Bancada do Partido Socialista também felicitar a Câmara pela aquisição, pela compra da Foto Batalha que ainda há pouco o Senhor Presidente da Junta da Cidade referiu e de facto é algo importante. Os monumentos não são só as igrejas e os castelos, são também essa memória que passa pela imagem e nomeadamente pela fotografia. Portanto, não podia deixar também de me associar às felicitações que foram já referidas pelo professor Diamantino. -----

Em segundo lugar gostaria também de questionar agora o Senhor Presidente da Câmara e também de alguma maneira o Senhor Presidente da Assembleia Municipal embora noutras circunstâncias claro, se a Câmara Municipal, o Município de Viseu vão no próximo ano ou enfim, nos próximos anos desenvolver algum programa de comemorações dos 50 anos das Bodas de Ouro do 25 de Abril? Pelas notícias que têm saído na comunicação social, alguns municípios do nosso país, não sei quantos, mas um numero significativo já, vão eles próprios em âmbito próprio ou em relação com a Comissão Nacional de Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, vão desenvolver uma série de iniciativas que vão muito para além daquela que nós todos os anos nesta Assembleia desenvolvemos, que é uma Assembleia Extraordinária Comemorativa geralmente com um convidado exterior, e que é muito louvável, mas eu gostaria de saber, nós gostaríamos de saber se efetivamente a Câmara Municipal e também esta Assembleia vão desenvolver precisamente um programa mais

desenvolvido, mais encorpado nessas comemorações que já se iniciaram mas que se vão prolongar durante alguns anos, porque não são só sobre esse dia 25 de Abril de 74. ----- Em terceiro lugar, saiu na comunicação social e enfim, foi também objeto de discussão em vários locais, nomeadamente nas reuniões de câmara, a questão da Residência de Estudantes que, penso que foi anteontem que o Senhor Presidente já esteve a assinar o protocolo precisamente no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior, a recuperação desse imóvel que é municipal, na Rua do Gonçalinho e que irá ter, julgo, 55 camas para jovens do ensino superior que vêm para a Cidade de Viseu, que escolheram a Cidade de Viseu como local para estudar, para fazer os seus estudos superiores. Evidentemente que nós sempre defendemos essa solução na medida em que é uma forma também de atrair para o Centro Histórico que está muito desertificado, que tem vindo a ser muito desertificado nos últimos anos, nas últimas décadas e, portanto, tem sido objeto da nossa preocupação, da nossa, penso que do Partido Socialista, é óbvio, já o manifestei aqui muitas vezes noutras assembleias, mas também dos outros partidos políticos que também reconhecem que isso é um problema que a cidade tem. Portanto, é positivo que se faça este investimento no âmbito do PRR, este investimento que ultrapassa 1 milhão e 600 mil euros nessa recuperação, segundo a comunicação social, assumido pela autarquia, mas como também é evidente, poderia haver outras soluções, não naquele local, é óbvio, embora nos pareça que o Centro Histórico precisa de jovens e precisa de reabilitação. ----- Eu gostaria portanto, deixar aqui estas notas, relativamente à Foto Batalha, às Comemorações do 25 de Abril e à questão da Residência de Estudantes, não sem dizer o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara na comunicação social referiu que havia um problema, ou houve um problema com a Arqueologia, portanto, que empataram a obra. Como é evidente e toda a gente sabe, a legislação portuguesa no que diz respeito à preservação do património está a par daquilo que se faz nos países mais desenvolvidos da Europa e do mundo, e antes de se fazerem estas intervenções nos Centros Históricos, é óbvio que é necessário estudar o sítio onde viveram outras pessoas, nossos antepassados, e pelo que também foi noticiado há vestígios que apareceram ali, não sei que vestígios porque até desconheço quem é que andou lá a trabalhar, desconheço em absoluto, e também desconheço em absoluto que vestígios é que ali apareceram. Eu gostaria de fazer aqui um voto de que esses vestígios a serem importantes que fossem integrados no projeto de arquitetura que foi ou que já deve estar feito, como é óbvio. -----

Obrigado -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. ----- Só para dizer, até porque o Senhor Presidente da Câmara depois irá responder a todos os Senhores Deputados, só para dizer que as Comemorações do 25 de Abril, até porque já tinha, até pessoalmente manifestado essa vontade ao Senhor Deputado, têm de ser pensadas de um modo diferente, mais abrangente atendendo que são as comemorações dos 50 anos, e é aqui que terminam, no fundo, as comemorações com os 50 anos, não vamos fazer os 51, a comemoração dos 51, dos 52, e, por isso, nesta perspetiva seria o último ano das comemorações pelo que deveria ser mais abrangente, mais lato, por isso, agora haverá uma reunião como é óbvio, para consensualizar essa ação com a câmara e com todos os grupos municipais, por isso, estamos dependentes só dessas reuniões para dar forma às Comemorações do 25 de Abril. -----

Tem a palavra a Deputada Francisca Damião. -----

----- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA MARIA FRANCISCA DAMIÃO LOUREIRO (PPD/PSD):** Muito bom dia. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia, Comunicação Social. Muito bom dia. -----

Aproveitarei estes breves minutos para me dirigir ao Senhor Primeiro Ministro tal como fez no passado dia 6 para todos nós jovens. -----

No passado dia 06, o Senhor Primeiro-Ministro, deu a conhecer aos jovens portugueses as medidas que o nosso atual governo entende serem pertinentes, para a resolução das várias dificuldades que “a geração mais bem preparada” enfrenta. -----

Eu, jovem, de 23 anos, estava esperançosa, estávamos de facto todos esperançosos, e porque será? -----

A camada jovem em Portugal enfrenta sérios problemas que o atual governo teima em descartar ou menosprezar. -----

Os jovens ingressam no ensino superior, com a perspetiva de obter, com o seu diploma, a merecida e devida valorização, por parte do mercado de trabalho português, pela sua preparação e dedicação ao longo dos diversos anos de licenciatura, com a expectativa de: ---

1 - conseguir ser independente financeiramente dos seus pais; -----

2 - arranjar um quarto ou uma casa para que possam sair de casa de seus pais; -----

3 - poder ter uma vida estável, amealhando, o que puder, para garantir o seu futuro. -----

Infelizmente, nenhuma destas três expectativas, que entendo ser basilares, conseguem tornar-se realidade para os jovens que, neste momento, persistem em Portugal, sempre com a fiel expectativa de que “um dia”, Portugal possa ser o nosso porto de abrigo para o começo e fim de vida. -----

Pois é, somos a geração mais bem preparada, mas também a mais “enrascada” no que toca à sua emancipação. -----

Estarei errada? -----

O Senhor Primeiro-Ministro deve entender, com certeza que sim, aliás, o nosso maior anseio é poder terminar o secundário e poder ter direito a 4 bilhetes da CP para conhecer a diversidade e beleza do nosso país, como referiu, e aproveitar uma bela estadia de uma semana numa pousada da juventude. -----

Realmente, Senhor Primeiro-Ministro, será que nessa altura, a linha da beira alta já estará reaberta para que, para além de poder permitir estas viagens, possa permitir que os jovens viseenses possam ter uma alternativa ao IP3? Eu espero bem que sim! -----

E os passes sub23? O Senhor Primeiro-Ministro, não pode prometer o que não pode concretizar. Para todos? Vejam lá! Afinal já não... é só para estudantes. Foi sol de pouca dura. -----

Devolução das propinas pagas no ensino superior público, por cada ano de trabalho em Portugal. Senhor Primeiro-Ministro não vou dizer que tudo é mau, mas pense, connosco. Quem é que o Senhor acha que nos pagou as propinas? As minhas lhe garanto que foi a minha família. Pelo que, afinal, a quem é que é destinada esta medida? Às famílias ou aos jovens? Qual será o sentido de a minha família ter pago, o Estado ter recebido e agora estar a devolver? Explique-me realmente qual é o benefício que estamos aqui a receber, será algum? -----

A medida pontual sobre o IRS jovem, é no mínimo, perdoem-me a expressão, ridícula, porque o rendimento médio de um licenciado é de mil e poucos euros, se tanto, inferior ao que era há 8 anos, e com este rendimento, praticamente não paga imposto porque não atinge o escalão para o efeito. É uma dádiva fantasiosa e Senhor Primeiro-Ministro, os jovens não são enganáveis desta forma, nem as nossas perspetivas de futuro se resolvem com a baixa de impostos, fantasiosa como disse, durante 4 ou 5 anos. -----

Senhor Primeiro-Ministro, andamos com certeza desenganados, os jovens que o acompanham dizem-lhe apenas aquilo que quer ouvir? Garanto-lhe que os jovens precisam de medidas, mas não daquelas que se fazem só por fazer. Precisam e anseiam que exista força política suficiente para que se promovam as reformas estruturais que Portugal precisa. -----

No entendimento do Senhor Primeiro-Ministro, com estas medidas, os jovens, sobretudo os mais qualificados, decerto pensarão duas vezes se devem ou não emigrar. -----
Devo dizer-lhe em meu nome e atrevo-me a dizer, no de milhares de jovens como eu que não, não pensaremos duas vezes, porque infelizmente o que nos apresenta são pequenas medidas que não resolvem os problemas que mais nos preocupam, como os baixos salários e a habitação. -----

E o Sr. Primeiro-Ministro sabe e todos sabemos que o que nos apresenta não irá impedir os jovens, sobretudo os mais qualificados, de emigrar, logo o efeito prático destas medidas é muito reduzido. -----

Este governo continua a tentar minorar as consequências do problema sem atacar as verdadeiras causas: o baixo crescimento económico que impede salários mais elevados, que impede que se ultrapasse o problema da habitação e a crescer os impostos demasiadamente altos. -----

Os salários e a habitação são os problemas fulcrais para os jovens, Senhor Primeiro-Ministro. Sabemos que a habitação é um problema análogo a outros países do mundo ocidental, mas o que não tem analogia são os salários que possam permitir pagar essa mesma habitação, é por isso que a nossa situação é muito mais desesperada. -----

Universalizámos o ensino superior sem ter na base uma economia competitiva que valorize essa qualificação, subimos o salário mínimo sem um mercado de trabalho capaz de aumentar o salário médio em paralelo. Estamos cada vez mais qualificados e cada vez menos ricos. -----

O Primeiro-Ministro reconheceu, por escrito, em carta dirigida à comissão europeia, que o crescente número de jovens cidadãos que já não consegue ficar no país que governa há oito anos. Esse é sinal de lucidez, mas também é a prova que governar apenas distribuindo bónus ou subsídios tem os seus limites. -----

Façam-se as reformas estruturais necessárias, e é para aí que devemos de convergir, é para a resolução estrutural do crescimento económico do nosso país, saber o que é que está a travar esse crescimento. -----

Já reparou que o investimento que é feito pelo Estado na educação não está a ter retorno para a economia portuguesa? O investimento que é feito, um bom investimento, é aproveitado por outros países do mundo ocidental, que premeiam o bom saber, valorizam o futuro dos seus profissionais, dando-lhes as devidas condições para que os mesmos se mantenham e se fixem nesses países. -----

Eu chamo aos que cá estão resilientes, como eu, que sonham, tal como na manhã de nevoeiro em que aparecerá S. Sebastião que Portugal se realize enquanto País com futuro. -----

É por momentos como o que assisti no passado dia 06 de setembro que sei que o 25 de abril está ainda por cumprir, porque liberdade de expressão não chega, não é suficiente, é a liberdade também de poder viver, poder escolher, poder sobreviver perante a grave crise que enfrentamos e que o governo teima em ignorar. -----

Aproveito o púlpito deste mui digno Órgão Deliberativo para apelar à comunicação social que faça o seu verdadeiro papel: ver, ouvir e confrontar os cidadãos com as falácias com que permanente somos presenteados. -----

Apelo a todos os que, fazendo parte também deste digníssimo Órgão, sobretudo àqueles que tanto apregoam a sua influência junto do governo e que se dizem estar lá tão perto do poder, que intervenham e que transmitam a triste realidade a que os jovens portugueses estão infelizmente condenados. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor

Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta e Público. -----

Eu venho apresentar um Voto de Pesar, mas antes disso eu gostava de dizer à Francisca Damião e assim só a talhe de foice, que tudo isto que ela nos acabou de dizer foi dito por uma jovem nesta Assembleia no ano de 2013. O mesmo discurso exatamente. O que acontece é que 10 anos volvidos nós ainda assim conseguimos garantir muito mais a presença de jovens do que nessa altura. Não sei se foi a dar subsídios como diz aqui, se foi a apresentar os números que o país tem apresentado nos últimos anos de crescimento económico, enfim, alguma coisa aconteceu, ainda assim estamos juntos. Ainda assim estamos juntos. Há muito para fazer de facto e não me verá nunca aqui dizer que Portugal remunerava bem os seus jovens ou que cria todas as oportunidades para os seus jovens. -----

Viseu perdeu, no passado dia 5 de julho, um cidadão que escolheu a nossa terra para ser também a sua terra. O jornalista José Guilherme Lorena, não tendo nascido em Viseu, passou mais de três décadas a relatar, a escrever, a fotografar e a viver a nossa cidade e a nossa região com o gosto e o entusiasmo de um viseense nascido e criado. -----

Nasceu a 1 de março de 1962 no Lobito, em Angola. Após o 25 de abril de 1974 estabeleceu-se no Alentejo onde tinha as suas raízes familiares e é aí que começa a sua carreira como jornalista. -----

Não tinha completado ainda 30 anos quando, no final da década de 80, veio para Viseu trabalhar no jornal Notícias de Viseu. -----

Após esta colaboração, foi correspondente do extinto Primeiro de Janeiro, depois correspondente da Agência LUSA e correspondente do jornal diário de referência nacional que é o PÚBLICO. -----

Após alguns anos volta à imprensa regional, tendo passado pelo Diário de Viseu e pela Gazeta Rural terminando a sua vida de jornalista no Jornal do Centro. -----

Não só os jornais beneficiaram do seu olhar atento à nossa realidade. Foi também um homem das rádios locais. As de maior audiência em Viseu, como a RCI e a Rádio No Ar, contaram com o seu trabalho. -----

Apaixonado pela fotografia, era comum vê-lo pela cidade de máquina fotográfica ao peito, captando retratos de reportagens para ilustrar notícias, mas também pessoas e paisagens que o atraíam e que conseguia, com o seu olhar sincero, eternizar de forma simples, mas profunda. -----

Passou inúmeras horas na assistência desta assembleia, fazendo o seu trabalho, filtrando, sintetizando, recolhendo o essencial para os viseenses, mas também partilhando a sua boa disposição com todos quantos se cruzavam com ele. -----

Numa altura em que o jornalismo não encontrou espaço para ele, procurou ele sustento alternativo à escrita e empreendeu um projeto que também procurava cuidar da natureza. Deu-lhe o nome de “Zé da Pinha” e, montado num todo o terreno com guiador - agora chamam-se moto 4 - e com um atrelado atrás pedia licença por esses pinhais fora para apanhar as ditas pinhas. Pela originalidade, por ser levado a cabo por um jornalista, acabou o negócio por ter notoriedade nacional com presença em programas de televisão onde evidenciou, até nos tempos de contrariedades que vivia, a sua genuína alegria de viver. No seu funeral, os familiares mais próximos, partilharam um dos seus poemas preferidos. Eu não resisto a reproduzi-lo: -----

É de Alberto Caeiro. -----

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, -----

Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia -----

Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia. -----

O Tejo tem grandes navios -----

E navega nele ainda, -----

*Para aqueles que veem em tudo o que lá não está, -----
A memória das naus. -----
O Tejo desce de Espanha -----
E o Tejo entra no mar em Portugal. -----
Toda a gente sabe isso.-----
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia -----
E para onde ele vai -----
E donde ele vem. -----
E por isso, porque pertence a menos gente, -----
É mais livre e maior o rio da minha aldeia .-----
Pelo Tejo vai-se para o mundo. -----
Para além do Tejo há a América -----
E a fortuna daqueles que a encontram. -----
Ninguém nunca pensou no que há para além -----
Do rio da minha aldeia. -----
O rio da minha aldeia não faz pensar em nada. -----
Quem está ao pé dele está só ao pé dele. -----
Quem conheceu o José Lorena sabe que não é por conveniência de circunstância que se diz
que partiu uma pessoa boa. -----
Para dar rigor jornalístico é preciso recordar o que uma sua camarada de escrita, colega de
profissão e enorme amiga até ao final da sua vida, a também jornalista Emília Amaral,
escreveu aquando da sua partida: “O Zé Guilherme era acima de tudo uma pessoa de bom
coração que só fazia mal a si próprio”. -----
O Partido Socialista propõe que esta Assembleia aprove um Voto de Pesar pelo falecimento
do viseense de coração, José Guilherme Lorena. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. -----
Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----
----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES
SANTANA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal reitero todos os meus
cumprimentos de há pouco na sua pessoa. -----
O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Pesar e permita-me até fazê-lo com
alguma emoção porque a intervenção que fez transparece de tudo aquilo que é o sentimento
em relação à pessoa do José Lorena, um polivalente, um homem que enfrentou as maiores
adversidades de vida e que soube sempre contorná-las com sorriso, e o poema que aqui nos
deixou de facto, deixa-nos até emocionados e ele merecia da nossa parte esta emoção e
merecia este reconhecimento e merece, a sua memória merece e nós também gostaríamos
muito de ficar junto ao rio da aldeia dele porque também é a nossa aldeia, e esta Assembleia
merece aqui votá-lo, enaltecendo aquilo que ele contribuiu para o jornalismo, em particular
o jornalismo que se praticou aqui no nosso concelho, e sobretudo a capacidade de enfrentar
o futuro, ainda que o futuro muitas das vezes lhe tenha sido coartado naquilo que era a sua
esperança de vida e o seu regozijo em enfrentar a vida e fazer crescer a si próprio e o seu
concelho. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Iriamos então votar este Voto
de Pesar pelo Jornalista José Guilherme Lorena. Quem vota contra? Quem se abstém.
Aprovado por unanimidade. -----
Em seguida dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos
Senhores Deputados. -----
----- **TREZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor
Presidente. Queria naturalmente cumprimentá-lo, também aos elementos da Mesa,*

cumprimentar os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, a Comunicação Social, enfim, todos os que já foram cumprimentados anteriormente por quem me antecedeu. Como sugeriu, iria responder e comentar algumas das coisas que foram aqui trazidas e começaria exatamente pela última. Dizer que também nos associamos a este Voto de Pesar do Guilherme Lorena e fazer-vos também uma confissão. O José Guilherme Lorena pediu-me e solicitou-me que queria fazer a minha biografia, e não tendo feito, eu também não cheguei a acordo com ele, não era algo que me entusiasmasse muito, mas achei que no momento da sua partida é merecedor até por aquilo que o conheci e com ele privei, a ter o nome na toponímia e é isso que vou fazer, é da minha responsabilidade, dentro de pouco tempo iremos pôr o seu nome na toponímia viseense. ----- Agora sim Senhor Presidente iria responder e comentar algumas coisas que aqui foram ditas. -----

A primeira é a aquisição do edifício da Foto Batalha, penso que gerou consensos, eu queria também deixar aqui um agradecimento ao Secretário Executivo da SRU que está ali em cima que nos ajudou nesta aquisição e que nos propôs esta aquisição, aliás, é uma forma de homenagear não só os fotógrafos atuais mas sobretudo três fotógrafos que fizeram nome era um triângulo, eu diria virtuoso, são exatamente o Aires, o Batalha e o Germano, toda a gente os conhece, deixaram um espólio grande que está na mão dos seus herdeiros, mas que algum já é do domínio público nomeadamente da Câmara Municipal. Quem não tem as fotografias do Germano dos recantos da cidade e penso que toda a gente se recorda dessas fotografias. Eu tive a sorte, também a idade me o permitiu, de ser fotografado, não escolheram o melhor exemplar, mas de ser fotografado nessas três fotos. Lembro-me perfeitamente da admiração e dos olhos esbugalhados quando entrava sobretudo no Batalha, hoje vai ser propriedade da câmara e, portanto, nós vamos preservá-lo, aquilo que poderia ser transformado em habitação e que pode ainda ser transformado em habitação, mas preservaremos a memória daquele edifício e foi por isso que fizemos um esforço digamos de monta para o adquirir, mas isso também nos permite fazer a relevância das figuras locais, andamos nessa cruzada e é bom que toda a gente acompanhe isto: a cruzada de enfatizar a memória dos nossos antepassados. Eu próprio deixei uma sugestão ao Vereador da Educação e deixo-a aqui também expressamente, que uma das coisas que vamos fazer é pedir aos responsáveis pelas escolas que deem a conhecer aos seus alunos os patronos das respetivas escolas. Ainda há pouco eu perguntava a uma jovem de 14 anos que andava numa escola curiosamente aquela que supostamente o patrono não era o mais conhecido, quem foi Grão Vasco, e ela fez um gesto que agora é comum, Grão Vasco foi um pintor, tal, tal e tal. Portanto não podemos deixar que isto aconteça, temos que dizer quem foi o Professor Rolando de Oliveira, temos que dizer quem foi o Mestre Arnaldo Malho, temos que dizer quem foi o Infante D. Henrique esse porventura o mais conhecido, enfim, temos que dizer quem foi o Dr. Azeredo Perdigão e isto vem a propósito de uma justa homenagem que fizemos ao Dr. Azeredo Perdigão, e já agora queria deixar aqui a minha repugnância, não conheço outro termo pela falta da comunicação social nacional no referido evento. Às vezes pode-se dizer que somos todos aqui uns provincianos e não vale a pena ir lá. Bem, mas desta vez os oradores foram gente com dimensão nacional: Professor Doutor Guilherme de Oliveira Martins que fez a oração de sapiência, o Dr. Henrique Monteiro, um conhecido Jornalista nosso conterrâneo, estava o Professor Manuel Maria Carilho e, portanto, eu não sei o que era preciso mais para fazer a cobertura deste acontecimento, ou melhor, eu sei, era preciso que avariasses lá em baixo um divertimento na Feira de S. Mateus, agarrar naqueles indivíduos e agora vão lá acima ao Dr. Azeredo Perdigão fazer a homenagem. É este grito que eu lanço daqui e, portanto, até que a voz me doa estarei sempre em defesa desta região, desta cidade e enfim, do coração do país. E, portanto, queria a este propósito dizer ao Professor Diamantino que nós preservaremos todos os edifícios que o

orçamento municipal possa contemplar, e já agora também porque o problema é aqui colocado variadíssimas vezes, isto dá resposta à desertificação do Centro Histórico. Eu sei que a desertificação do Centro Histórico é um fenómeno complexo, mas há uma coisa que está à vista de toda a gente, a enormidade do investimento público que tem sido feito no Centro Histórico. Nós não podemos inventar empresários, mas eu vou dizê-los para não ficarmos aí por meias palavras, do que me recordo e apenas por memória: -----
Na Rua Direita nós contribuímos para a deslocação da Escola Mariana Seixas, aliás, com quem vamos fazer um protocolo de utilização do espaço à frente que comprámos e que vamos pôr à sua disposição para confeccionarem refeições. -----
Depois, fomos quem levou e quem comprou a casa do Professor Figueiredo Dias onde era a Papelaria Dias; -----
depois somos nós que estamos a acabar, vamos inaugurá-lo brevemente a recuperação do Orfeão; -----
pusemos a Loja do Cidadão; -----
disponibilizámos instalações para a Delegação da ANAFRE; -----
ajudámos à transferência do Montepio; -----
recuperámos ou ajudámos a recuperar o Quartel General. -----
Portanto, não é falta de investimento público na Rua Direita, aliás como não será na Rua do Comércio. Todo o investimento de grande notoriedade é investimento público, agora não podemos, e isso é um fenómeno que temos todos que acompanhar, agarrar nas pessoas que saíram voluntariamente à procura de melhores condições de vida desse Centro Histórico e que quiseram vir para a periferia, muito naturalmente, obrigá-los agora a irem para o Centro Histórico ou obrigar outros que não têm interesse no Centro Histórico a ir para o Centro Histórico. Temos que lhe criar paulatinamente as condições, como aliás o temos feito nomeadamente com o acesso automóvel e, portanto, criámos um parque de estacionamento que está a funcionar e dentro de pouco tempo iniciaremos a construção de outro parque de estacionamento, que tem digamos, um antecedente que conhecem. Mais uma vez o envolvimento da Direção Regional da Cultura através da Arqueologia, e já lá vamos, eu depois vou responder ao Deputado Adolfo que colocou aqui a questão da Arqueologia. ----
Bem, mas indo e seguindo aquilo que foi aqui perguntado, o Deputado Ginestal perguntou-me como está o contrato de comodato com o Académico de Viseu? Está pronto, naturalmente que o Académico tem que o ver e aceitá-lo, aliás, foi redigido de acordo com eles, já foi ultimado pelo Gabinete Jurídico e revisto e, portanto, quando tivermos que fazer a operação seguinte de o assinar naturalmente que o colocaremos à disposição e à apreciação dos viseenses. -----
Bem, colocou aqui uma outra questão, que temos acompanhado, o cidadão que veio aqui, o José Paulo Cavaleiro já teve oportunidade de falar comigo, convidéi-o a ir a uma Reunião Pública da Câmara, mas não foi preciso. Nós temos neste momento tudo pronto para a demolição, agora há que ter consciência que a demolição é extremamente cara para a Câmara Municipal. Muito cara! A demolição custa umas centenas de milhares de euros e, portanto, temos também que ter consciência, que não vale a pena dizer, têm que resolver a situação. Bem, temos que resolver a situação e temos que encontrar uma casa para a família que apesar de ter responsabilidades, é uma família que necessita de uma casa de habitação e, portanto, nós temos que arranjar a casa de habitação e suportar as obras de demolição, é isto que está em jogo e, portanto, é uma quantia extremamente considerável só para a demolição, e, portanto, temos que acompanhar isto, não é apenas dizer resolve-se. Resolve-se naturalmente acompanhando o assunto arranjando as verbas necessárias para proceder e colocando-as no orçamento respetivo. -----
Depois a Deputada Amélia colocou aqui uma questão. Bem, eu pensei que já era conhecida a nossa disposição de fazer o Centro de Artes. O Centro de Artes vai ser feito e temos neste

momento um estudo que tinha sido feito no passado que foi atualizado, temos a definição do terreno que comprámos atempadamente, temos neste momento o enquadramento para a malha viária que tem que ser adequada, aliás, com a demolição daqueles pavilhões e, portanto, eu faço conta de em pouco tempo ir negociar e pôr a primeira pedra, naturalmente com as condições todas cumpridas, do Centro de Artes. Para nós é algo irreversível, portanto, dentro de pouco tempo teremos de facto um edifício que dará resposta a tudo isso. Bem, mas sobre o Teatro Viriato o conselho que nos deixou não deixa de ser curioso porque é um conselho a quem acabou com a mercearia que era o Teatro Viriato. Portanto, nós sabemos o que é que o Teatro Viriato vale, mas fomos nós que acabámos... era uma mercearia quando fomos a primeira vez para a câmara, uma mercearia, um armazém de mercearia, fomos nós que o recuperámos e, portanto, estamos em condições como ninguém de preservar uma obra que criámos. Já agora, a propósito, deixem-me dizer, não há tempo o antigo Diretor do Teatro Viriato e que saiu para Cascais, nos mandou uma mensagem de agradecimento pelo trabalho que fomos efetuando na altura. ----- Bem, depois sobre o reforço policial noturno. Não depende de nós, temos insistido com o Senhor Comandante da Polícia de Segurança Pública, temos a vontade e estamos à espera até porque é um especialista nessa matéria, de pôr a videovigilância em dois pontos da cidade, já o anunciámos, no Centro Histórico e na zona de Jogueiros, é por aí que vai começar digamos, a videovigilância, isto não é de decisão direta, há uma série de requisitos que é preciso cumprir, é isso que estamos a fazer e, portanto, esperamos dentro de pouco tempo ter de facto uma vigilância mais aturada nestes dois pontos que são pontos negros na cidade. ----- Depois a seguir a Moção que foi aqui apresentada pela Senhora Deputada Lúcia Vilhena. - Bem, eu não sei o que é preciso fazer mais. Isso já devia estar solucionado. Olhe, nem de propósito, penso que tenho aqui a solução para tudo isto que foi dito. Três pontos: ----- Foi inaugurada em 2008, por acaso com alguns presentes aqui, e diz, lançamento do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde está pronto. ----- Depois reunião da CIM a que eu presido em Penacova com a CIM de Coimbra a propor uma alternativa ao Governo como é que isto se faz. Acabar com o um/dois, um/um e deixar-lhe uma solução. Curiosamente esta solução foi projetada por os mesmos indivíduos, pelos mesmos engenheiros que estão a fazer as obras, portanto não é da minha responsabilidade, sou Economista e já licenciado há muitos anos não sei fazer isto, mas sei perceber a leitura que está aqui, mas como se isto não bastasse, também sei se lembram disto, “Autoestrada Viseu/Coimbra já” e também o comboio, e até se dizia... mentir é feio, eu acho mesmo isso, mentir é feio, mentir aos viseenses. Bem, e agora tem isto também, olhem: o Primeiro-Ministro Eng.º J.S. procedeu em Mortágua ao lançamento da concessão Autoestradas do Centro, tal, tal... isto é em 29 de março de 2008, portanto, o que é que a gente pode fazer mais? Depois, para culminar tudo isto, uma outra intervenção que é de nota. Eu tive oportunidade de acompanhar a Senhora Ministra da Coesão, possivelmente já o disse aqui, a Bruxelas e perguntei porque é que tinham acabado com o financiamento da rede viária, aliás, acusando a Direção Geral que nos ouvia, que dava um contributo enorme para as assimetrias, pois se acabaram com o financiamento das estradas exatamente quando o litoral está servido, naturalmente que marca uma diferença maior, e o que foi dito à frente da Senhora Ministra da Coesão é que se fosse bem explicado havia exceções, exceções que eu penso que estão justificadas com os aplausos dos Senhores Deputados do Partido Socialista e com o meu também naturalmente que não sou Deputado do Partido Socialista, que vai haver dinheiro na “bazuca” para a ligação do IC31 de Castelo Branco para as Termas de Monfortinho, portanto, nós pensamos que quem tem este dinheiro na “bazuca” é só retirá-lo também para a autoestrada ou para a via 2+2 sem portagem que nós reclamamos para o IP3 portanto, está a ver, está aqui uma longa história sobre do IP3, que

não se venha dizer que somos nós os culpados, a não ser que um dia destes retirem dos orçamentos das câmaras municipais todas por aí abaixo e façamos nós a autoestrada, é uma maneira também. -----

Bem, depois o Deputado António Jorge colocou aqui a questão do ano escolar. Eu só queria dizer o seguinte sobre esta matéria: nós fomos penalizados de uma coisa que eu persenti à partida que iria acontecer, e soube isto desde os tempos em que fui presidente da Associação de Municípios. Nós nunca quisemos este presente envenenado. Mas, sabem em que é que deu este presente envenenado? No ano passado, aliás eu vou dizê-lo na minha comunicação, a Educação levou-nos 700 mil euros já do Orçamento da Câmara Municipal e agora, é evidente que foi corrigido para este ano, mas eu também percebo não ando aqui a só a ver passar ... os comboios não os vejo e os navios também não, mas não ando aqui distraído, é que já foi repostado para este ano, só que aquilo ficou lá atrás, os 700 mil lá ficaram. Foi exatamente o mesmo artifício que se arranjou na luta contra o Covid, a câmara gastou 4,3 milhões de euros, não podem dizer que fui que fiz mal as contas, foi o Tribunal de Contas que o publicou, e nós recebemos do Estado meio milhão de euros. Isto eu também pedi aos Senhores Deputados que por acaso temos aqui dois, que fossem colocando estes problemas na Assembleia da República porque de facto isto é uma maneira de esmifrar os cofres dos municípios, é uma maneira de viver à custa dos municípios e sem investimento público nenhum que justifique isto. Eu não queria voltar à carga, mas dizer, lembram-se qual é o investimento público que temos aqui? Não venham outra vez com aquela história, temos um grande investimento na Linha da Beira Alta, meu Deus, ela está fechada, mas o que é que ela apanha do distrito a Linha da Beira Alta? A Linha da Beira Alta tem que passar por aqui, passa ao lado. Apanha-nos quatro concelhos, estamos muito satisfeitos, mas isso é que é o investimento público na região? É muito pouco. Portanto, eu queria dizer que nós continuamos a fazer este esforço, e ainda bem que o Deputado António Jorge trouxe aqui isto, e deixo aqui um número: este ano que está a decorrer a Câmara de Viseu gasta 20 milhões de euros com a Educação. É um montante que é maior do que uma boa parte dos municípios portugueses de dimensão pequena têm como orçamento total, mas também, digamos, apesar de ser um fardo pesado para o município, nós reconhecemos os resultados quando fazemos a cerimónia de mérito educativo e tudo aquilo que disse aqui, que o município propicia às suas crianças tem depois retorno, e nós damos conta naquela festa que é feita no Pavilhão Multiusos com, digamos, os milhares de crianças que são estudantes excecionais e, portanto, vamos continuar com este esforço no que diz respeito à Educação. - O Deputado José Pedro Gomes colocou aqui uma questão sobre a revisão do PDM. A revisão do PDM está em marcha. Nós já tomámos a decisão agora tem naturalmente uma tramitação que nos ultrapassa, mas já agora dizer que, nós às vezes apontamos para o PDM e dizemos que ele é o mal de todas as coisas e às vezes isso não acontece. Olhe, por acaso também foi intervenção vossa aqui na Assembleia, e o que diziam era isto: o Plano Diretor foi visto em 2003 carece de informação e era o mal de todas as coisas. Viseu desenvolveu-se com aquele Plano Diretor. Proprietários denunciam ilegalidades, os jovens saem à rua em protesto, isto foi quando revimos pela primeira vez o PDM. Eu sei que o PDM é um mal necessário. Toda a gente gostava de ter como é normal “sol na eira e chuva no nabal”, mas isso não dá. Nós temos um território com toda a subjetividade que isso dá, com as discussões, temos que reservar uma parte para o ambiente, outra parte para a cultura, outra parte para a construção e isso é evidente que não põe as pessoas todas de acordo. Eu se tenho um terreno aqui naturalmente queria que ele comportasse tudo do melhor, o proprietário do outro terreno há-de querer a mesma coisa, mas nós não podemos deixar de ocupar o território com todas as valências que fazem digamos o desenvolvimento. Tratar do ambiente, tratar da habitação, tratar... portanto, pessoas diferentes faziam coisas diferentes? Naturalmente, mas não podemos é dizer com isso que o Plano Diretor é o mal

de todas as coisas e provou-se, o último Plano Diretor não evitou que nós nos desenvolvêssemos da forma como o fizemos. Já agora dizer-vos que o Plano Diretor tem uma vantagem que daqui a pouco também irei enfatizar. Nós queremos de facto uma cidade horizontal e conseguimos-la. Nós temos uma cidade sem grades agressões, penso que a única agressão se se pode considerar agressão, e mesmo assim tem defensores, é ainda do tempo da outra senhora, aquele edifício alto da Segurança Social, mas de resto não temos agressões nem volumetrias que nos envergonhem. -----

Depois sobre a Feira Semanal eu queria dizer que está na lista, é uma das fichas que acabámos de preencher para o próximo quadro comunitário de apoio, está lá o financiamento da Feira Semanal. Nós dedicámos uma verba do próximo quadro para a Feira Semanal, e eu prometo, deixo aqui esta garantia de que o próximo quadro de financiamento, o próximo quadro comunitário não vai ter nenhum atraso, nós não vamos permitir. Habitúamos as estâncias nacionais e regionais a sermos dos melhores executores dos fundos comunitários, eu bem sei da sua importância aliás é a única alimentação financeira que temos, não podemos esperar outra coisa, portanto, o investimento público que nós temos aqui vem via Bruxelas, passa por Lisboa, não vem todo, mas não vem nenhum da capital e, portanto, nós sabemos da importância desse dinheiro e iremos utilizá-lo da forma mais conveniente e mais adequada. -----

A Deputada Ana Paula Santana colocou aqui uma questão sobre os serviços públicos e o agravamento é notório basta falar com as senhoras dos notários, com o tribunal, toda a gente se queixa dos serviços públicos. Agora há uma coisa que trouxe aqui que tem a ver com o BUPi e eu queria-lhe fazer dois comentários: primeiro ninguém entende que para cadastrar o território se demore tanto tempo. Eu fui testemunha presencial numa reunião FEMP que é a Federação Espanhola de Municípios, fizeram o cadastro em Espanha em dois anos. O nosso começou em 2017, estamos em 2023 e está a meio, acho que ainda não está a meio e, portanto, estamos nesta situação. Cadastrar o território demora tempo, agora ainda por cima se deixam de financiar os meios... é evidente que nós vamos arranjar solução pelo menos no nosso território para que o BUPi não acabe, mas não podemos é ficar sempre nesta situação, o Governo Central lança um projeto, financia os municípios, depois interrompe e deixa isto nas mãos dos municípios. Não é possível, nós tínhamos 4 engenheiros a auxiliar a população, como sabem o BUPi foi lançado há uns anos até com uma cerimónia pública de disponibilidade de carros para os municípios aderentes e, portanto, esperamos que esta situação seja interrompida. Nós havemos de lhe dar resposta ainda que seja com algum sacrifício da câmara até à retoma que está anunciada pelo menos no próximo ano, mas esperamos que daqui até ao próximo ano haja solução para este problema. -----

Depois, já agora, só fazer um comentário lateral, esta história é exatamente igual à Informática para Séniores, exatamente igual. A Informática para Séniores que os Senhores Presidentes de Junta conhecem muito bem, foi trazida uma alternativa, ficámos todos satisfeitos porque achamos que o Orçamento Nacional deve dar respostas digamos, também nacionais e foi-nos agitado um programa Eu Sou Digital que tivemos que anular porque os Senhores Presidentes de Junta acharam que ele não tinha resposta, não dava resposta aos séniores e, portanto, estamos neste momento a recuperar um programa que tínhamos Informática para Séniores e que poremos outra vez à disposição de todas as Juntas de Freguesia, estamos à espera de facto de completar a segunda leva porque já assinámos protocolos com uma boa parte de Juntas de Freguesia, mais de metade. -----

Depois o Dr. Jorge Adolfo trouxe aqui uma questão, e agradeço-lhe a felicitação pela compra da Foto Batalha, e disse o que é que da parte da câmara estava previsto para assinalar o 25 de Abril? Eu tenho previsto convidar o primeiro oficial que pegou na arma, na G3, amigo com quem convivi muito também fardado e, portanto, há-de ser ele que eu hei-de convidar numa das cerimónias do próximo ano e chega-nos, vão ver o que é uma visão de um atual

médico, na altura tenente, e foi o primeiro a segurar na arma no 25 de Abril e que seguramente há-de fazer revelações curiosas. Nós às vezes aqui dizemos que foi de uma maneira ou de outra, e não foi assim tanto, mas é bom assinalar esta data do 25 de Abril. -- Já confessei isto, eu saí do serviço militar 3 meses antes do 25 de Abril, estava na Escola Prática de Cavalaria, era oficial de tiro e, portanto, se alguém conhece toda aquela gente, os heróis que pegaram em armas, outros não eram assim tanto, eu conheço-os bem, portanto, vivi a preparação e, portanto, também posso depois dar algum testemunho sobre esta data para nós fundamental para o desenvolvimento do país. ----- Bem, depois sobre a questão que colocou o Dr. Jorge Adolfo, são 52 camas. Nós só estamos à espera da aprovação na especialidade, mas houve uma coisa que disse e eu percebi. Bem, as obras têm que se fazer e a Arqueologia tem que fazer o seu trabalho. Estamos de acordo! O que eu não estou de acordo e não percebo, olhe, imagine, estamos num período de acalmia, porque é que a Arqueologia não vem fazer o trabalho agora? Isso é que era. Era agora que faziam a definição do território, sabem que Viseu é uma cidade histórica, onde em cada cavadela há achados arqueológicos, façam agora o trabalho e quando nós formos fazer a obra já se sabe aqui não porque há achados ou houve achados, façam o favor de preservar, mas não e aí é que está o problema e eu gostaria sinceramente que os responsáveis e os dirigentes ligados à Cultura fizessem também este grito de revolta. Sabe o que é que está a acontecer? Só há achados arqueológicos nos investimentos públicos. É ou não é verdade? É! Porque como não dão apoio aos particulares, um particular já sabe o que é que a casa gasta, se está a fazer algum investimento, acha lá um achado, se calhar já sabe que vai esperar dois ou três anos é capaz de o esconder. É isto! Portanto, eu diria, façam o favor de dizer à gente da Cultura que não atrapalhe, que façam esse trabalho agora, e depois ainda com outra situação: nós não andamos aqui a ver passar, como já lhe disse, os comboios, é que atiram isto para o orçamento da câmara. Nós é que pagamos aos Técnicos da Arqueologia que vêm fazer as escavações e, portanto, se quiserem, sabem que aqui é um museu enterrado façam o favor de fazer agora as escavações todas, sabem qual é a área do Centro Histórico, ela está limitada, não é quando nós vamos fazer, aparecem ali e calma lá que nós vamos ver. Contar as pedras uma por uma e depois dá isto. Nós já tínhamos as 52 camas se calhar daqui a pouco prontas se não fosse o trabalho de dizer, aqui é um achado, tal, tal e tal, tal. Bem, para depois não contar algumas coisas também da Arqueologia. Eu já vi achados arqueológicos que um encarregado de uma obra trouxe de casa. Trouxe da casa num bolso as patacas do avô espalhou-as e disse: olhem? E o arqueólogo também achou que aquilo era importante. Bem, mas pronto. Avancemos com isso, o que é facto é que são dinheiros de todos nós que envolvemos nisto e depois, somos ainda confrontados com atrasos que não são da nossa responsabilidade. Nós já podíamos ter as 52 camas se calhar disponíveis, mas eu lanço aqui mais uma vez o desafio. A Arqueologia acha que aqui, e nós também achamos, mas façam o trabalho, nós disponibilizamo-nos a apoiá-los, vão para o Centro Histórico e digam, se calhar aqui encontrámos um acampamento romano, aqui não sei quantos mais, nós precisamos de saber isso porque senão acontece isto, para não ficarmos apenas pelas palavras. Os Senhores sabem onde é que está a muralha Afonsina? Bem, a muralha Afonsina tem uma série de situações que nos orgulham, mas que também nos deixam perplexos. Ela apareceu, é a continuidade da Santa Cristina, apareceu depois na Rua Formosa, mas, só há, e, diga-se de passagem, que aquilo não está a sim muito bem, a da Santa Cristina não é muito igual à da Rua Formosa, mas pronto, mas pelo menos ela está alinhada, percebe-se bem qual era a direção. Encontram-na em mais algum lado? Desapareceu, só há no espaço público. Então, este é o trabalho e digamos, as conclusões a que chegamos. Depois quando entrou noutros domínios as pessoas não querem perder dinheiro e fazem muito bem, e às tantas já sabem que é um travão colocarem à disposição dos serviços aquilo que encontrarem e vão de certo modo assobiar para o lado, como diz o

Carlão, e pronto. -----
Sobre a Francisca eu queria dizer o seguinte: a Francisca fez aqui uma comunicação ao Senhor Primeiro Ministro, eu gostava de ter a idade dela, mas sobretudo esta lucidez. Eu acho que independentemente de estarmos em quadrantes nossos, estamos no mesmo quadrante ideológico, mas as diferenças com o Partido Socialista... e era bom que o Senhor Primeiro Ministro fosse ouvido este tipo de situações, porque nós de facto, andámos a dizer, houve aí um malandro que mandou os jovens emigrar. Bem, mas esse foi sincero. Olhem se por acaso aqui não tiverem emprego vão para fora, não é nada que a gente já não soubesse. Até aconselhou a irem de forma legal. Antigamente iam de assalto, e agora também vão. Agora ninguém os manda emigrar, mas arranjam-lhe condições para terem que emigrar. Eu acho isso muito menos correto, muito menos honesto, mas pronto e, portanto, eu gostaria de deixar aqui a concordância e também a minha admiração por ver uma jovem falar com essa desenvoltura. -----

E por último o Deputado João Paulo Rebelo trouxe aqui a homenagem ao José Guilherme Lorena que eu já comentei, e a promessa de que fique na toponímia local. -----
E, é tudo Senhor Presidente. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia cumprindo as regras regimentais e por isso agradecemos a colaboração de todos. -----

Antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, cumpre informar os membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas Resolução n.º 3/2022-PG, e recordamos também que já aprovámos no início dos nossos que, para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

Dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PUNTO UM (1) da Ordem de Trabalhos Informação Municipal e antes informar também que a Informação do Senhor Presidente foi divulgada a todos os Senhores Deputados e constará integralmente da Ata da Sessão. -----

Dava então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Iria então fazer a minha comunicação que preparei para esta Assembleia. -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Deputados, -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada naturalmente das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Como é de todos conhecido, decorre, ainda, a 631.ª edição da Feira de S. Mateus no momento em que realizamos esta Assembleia Municipal. -----

Uma edição que abriu as portas a 10 de agosto com a presença do Senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva. -----

Na impossibilidade da presença do Senhor Presidente da República não quisemos deixar de seguir o protocolo institucional e convidámos a segunda figura mais relevante do País, o Senhor Presidente da Assembleia da República. -----

Mais uma vez a Feira de S. Mateus faz jus ao seu estatuto de Guardiã das Feiras Populares. Uma Feira de encontros e reencontros de amigos e familiares. -----

Uma Feira que é, também, uma oportunidade de negócio para os muitos feirantes que se

apresentam aqui, bem assim como é, também, uma oportunidade para vários patrocinadores aumentarem a visibilidade das empresas que representam. -----
Esta edição 631ª Feira tem ainda a particularidade de celebrar um marco tão importante para a cidade, como são os 900 anos da atribuição da Carta do Foral a Viseu. Não poderíamos deixar por isso de assinalar a data nesta Feira Secular, que é, também, uma marca identitária da região. -----
Senhor Presidente da Assembleia, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Viseu é um Concelho atrativo, com oportunidades várias para os mais diversos setores de atividade. -----
Questiono-me mesmo quão mais seria essa atratividade, se não seria mais evidente se o Estado Central executasse as infraestruturas que, há muito, nos são devidas. Se tivéssemos um perfil de autoestrada até Coimbra, ou se a Ferrovia se previsse para curto prazo. -----
Reuni, há umas semanas com o Senhor Ministro das Infraestruturas. -----
Foi uma perfeita desilusão a referida reunião. Nada que não estivesse à espera e que, até já tinha previsto semanas antes. -----
Preparam-se, para iniciar o IP3 onde ele é menos preciso. -----
O principal problema do IP3 é, como se sabe, o estrangulamento na passagem por Penacova. Aí, não apresentam qualquer previsão de obra. Apresentam sim, para a zona até Santa Comba Dão. A empreitada que designaram por Viseu – Santa Comba é afinal a empreitada apenas no Concelho de Tondela, já que ele começa na última freguesia do concelho de Viseu e acaba exatamente na primeira freguesia do concelho de Santa Comba Dão. -----
O Senhor Ministro nem sequer deu resposta à solução apresentada pelas duas CIM's de Viseu e de Coimbra, e sobre a Variante em Santa Comba Dão nada disse. -----
Como é sabido, as obras não devem ser feitas só para mostrar, mas sim para resolver problemas. E, neste caso, não estamos a resolver efetivamente os problemas do IP3. -----
A juntar à voz que sempre levantámos contra o estado deplorável da ligação entre as duas maiores cidades do interior, eu friso, estamos a falar sobre as duas maiores cidades do interior, vão surgindo opiniões de diferentes responsáveis também agora chamando à atenção para tal. -----
O exemplo dos “remendos” no IP5 anunciados exatamente no dia de mais um acidente que ceifou a vida a mais um jovem, é disso paradigmático do abandono a que fomos votados nesta região. -----
Senhor Presidente da Assembleia, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Não pensem que o que pedimos é a satisfação das nossas responsabilidades por via do Estado Central. -----
O Estado Central, como tenho dito, que faça aquilo que lhe é devido e aquilo para que têm conteúdo funcional, que nós saberemos bem fazer a parte que é da nossa responsabilidade. Defendemos o princípio da subsidiariedade. -----
Já não defendemos é o que se tem passado nos últimos tempos. -----
Veja-se o exemplo da Educação a que eu já fiz referência em resposta aos senhores Deputados: -----
Fizemos uma análise aos custos e proveitos da transferência financeira da descentralização da Educação. -----
No ano 2022 o Município gastou com o pessoal não docente mais de 6,7 milhões de euros sendo apenas ressarcido de 6,05 milhões. -----
Nos transportes gastou cerca de 191 mil euros sendo ressarcido apenas de 92 mil euros. ----
Em suma, no ano 2022 o Município gastou do seu orçamento 679 mil euros com o pessoal não docente e cerca de 100 mil em transportes. -----

É certo que para o ano 2023 já foram atualizados os valores. -----
No entanto esse défice de cerca de 780 mil euros ficou, no ano 2022, nas contas da autarquia.
Foi também isso que aconteceu, já agora, com os gastos da pandemia aos 4,3 milhões de
euros publicados pelo Tribunal de Contas o governo apenas nos atribuiu cerca de 1 milhão
de euros. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Em matéria de Ação Social assinámos, no final do mês passado, dois Protocolos de
Colaboração, um com a Junta de Freguesia de Silgueiros e o Centro Pindelense, e outro com
a Freguesia de São Cipriano e Vil de Souto. -----

Participámos, ainda, com a presença da Senhora Secretária de Estado da Inclusão, no
lançamento da primeira pedra do investimento da Associação Hípica e Psicomotora na
nossa Escola de Vil de Soito. -----

Investimento que tem tido a comparticipação financeira deste Município e também a
cedência por direito de superfície do edifício e respetivo logradouro. -----

Acontece que, à mesma hora, a Senhora Ministra do trabalho, da Solidariedade e da
Segurança Social, sem qualquer comunicação oficial e sem aviso deslocava-se a um outro
ponto do nosso Concelho a um empreendimento que é também ele apoiado pelo Município.
Nós não entendemos como é que isto é possível. -----

Mas, enviarei uma carta ao Senhor Primeiro Ministro a referir a indelicadeza do ato. -----

Nós somos institucionalistas e por isso, convidámos como dissemos, o Senhor Presidente da
Assembleia da República a inaugurar a Feira de S. Mateus. -----

E só sendo um institucionalista se respeita o Estado democrático e de direito. -----

Como referi no início da minha intervenção, foi por isso e que agora repito, que nos levou a
seguir a hierarquia no convite institucional para a Feira de S. Mateus. -----

Não posso aceitar que os partidos se misturem com as instituições democraticamente eleitas,
nem que se sobreponham às mesmas. -----

A Senhora Ministra que tão bem recebemos em representação da Comunidade
Intermunicipal, na casa do Adro, deveria dar-nos nota das suas intervenções neste
Concelho. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Sei, no entanto, reconhecer que vai havendo quem respeite as eleições e as instituições. -----

É o exemplo disso o Ministro da Saúde que nos tem ligado regularmente para nos manter
informados sobre as urgências pediátricas e sobre o bloco de partos do hospital. Não
sabemos quais têm sido os resultados, de qualquer maneira registamos esta preocupação do
Ministro. -----

Sabemos que é um problema complexo, mas também registamos que vão sempre
encontrando soluções para tal, embora como é sabido os profissionais de saúde e os
sindicatos denunciam que continuam à beira da rutura por falta de médicos. -----

Registo, no entanto, essa cordialidade e essa palavra do Ministro que tem encontrado a
forma de estabelecer uma boa relação. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Neste período entre Assembleias Municipais abrimos a Mata do Serrado, oferecendo um
espaço privilegiado de lazer para toda a família. -----

É situado em pleno centro urbano, sendo assim temos mais um espaço verde que convida
viseenses, visitantes e turistas à fruição plena: a Mata do Serrado, e que progressivamente
requalificaremos para que se venha a tornar num equipamento cada vez mais fruído pelos
seus visitantes. -----

Tem cerca de 22 mil metros quadrados, é mais um espaço verde que se coloca à disposição da comunidade, em complementaridade com os outros espaços de dimensão considerável, como é o Parque Aquilino Ribeiro, a Mata do Fontelo, o Parque da Radial de Santiago e futuramente o Parque da Aguieira. -----

Seguramente, não haverá muitas cidades que se possam orgulhar de ter uma manta verde tão diversa e espaçosa quanto esta que nós temos. Isto dá-nos a garantia, que é aquilo que também queríamos e que já abordei há pouco, a preservação de uma cidade horizontal. Queremos uma cidade ampla, onde as pessoas tenham oportunidade de ver as Serras do Caramulo e da Estrela, sem grandes prédios ou infraestruturas que lho impeçam. ----- Nos últimos meses, foi realizada uma avaliação de todas as espécies arbóreas no local. As árvores foram inventariadas, são um total de 432 exemplares, sendo a maioria carvalhos, árvore que eu gosto muito, “é minha prima” e castanheiros. Existem ainda medronheiros e sobreiros. -----

A intervenção realizada foi o menos invasiva possível, considerando que é uma Mata e não um Parque Urbano. O objetivo foi garantir o mais possível o conceito original de espaço de natureza, realizando somente algumas podas de manutenção e abates pontuais de árvores em risco de queda, com vista a assegurar a segurança de pessoas e bens. -----

A par da Mata, no futuro, a comunidade poderá ainda usufruir da Casa Solarenga e dos espaços adjacentes, que ocupam uma área total de cerca de 4 mil metros quadrados. A requalificação do edifício ficará a cargo da empresa Geriavi, passando depois esta para alçada da autarquia que há-de colocá-lo à disposição do público, nomeadamente para atividades de caráter cultural e educativo. -----

Para concluir, -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Deixo à consideração de V. Ex.^{as}, através das folhas em anexo, as matérias que são tipificadas no n.º1 e n.º4 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente: - aquilo que se prende com: -----

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores; -----

- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais; -----

- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

Anexo 1 – páginas 351 a 360). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena.

----- QUINZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):

Bom dia mais uma vez. Saúdo todos. -----

Saudamos o Município pela abertura da Mata do Serrado. É uma mais valia para a cidade, e para o ambiente. A preservação e implementação de zonas verdes nas cidades, está hoje na ordem do dia em todo o Mundo, tornando-se urgente o combate ao Aquecimento Global. A ação é hoje. Já! Estão em todo o mundo a ser criados corredores de zonas verdes, quer na Europa, América do Sul. -----

Por isso, pensamos que porventura, estará na altura e na hora de agregar a área contígua entre o Bairro de Sta. Eugénia e Gumirães, pertencendo este ao mesmo espaço ecológico, (e que é de pertença privada) á Mata do Fontelo, aquele espaço que está junto à Mata do Fontelo, e para isso sugerimos nós, que basta usar a Legislação que está em vigor e criar um Plano de Pormenor para o efeito. -----

Todo este território que está agregado, é um só, e possui uma própria e riquíssima biodiversidade que urge ser preservada. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora a Deputada. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Reitero os cumprimentos a todos os presentes. -----

Senhor Presidente, agradecemos naturalmente este ponto sempre importante nas nossas Assembleias Municipais, é onde transmite de facto as principais preocupações e nos traz as principais informações do tempo que medeia da última Assembleia Municipal para esta e eu queria começar logo, e até aproveitando a Senhora Deputada que me antecedeu que falou também da Mata do Serrado, de lhe deixar aqui um, enfim, um cumprimento pelo que a Câmara Municipal ali tem em curso, como o Senhor Presidente nos informou há a intenção de juntar à fruição da Mata também aquela casa histórica e aguardamos com expectativa o que a Câmara Municipal ali possa fazer, acho que nos explicou enfim, que na Mata do Serrado, de facto o objetivo não era fazer ali grandes transformações e eu compreendo essa perspetiva compreendo a lógica, mas de facto acho que será importante que a casa possa também ser da fruição dos viseenses, ganhamos indiscutivelmente, a cidade ganha e ganha concelho também com isso. Eu também lhe digo já com toda a franqueza que sou um institucionalista, eu enquanto Deputado da Assembleia da República tive a informação de que a Senhora Ministra do Trabalho, Segurança e Solidariedade Social estava no nosso distrito, na verdade acompanhei-a até, estive em Moimenta da Beira, estive em S. Pedro do Sul e tive a informação da sua visita também ao Concelho de Viseu. Se de facto as coisas se passaram nos termos em que o Senhor Presidente aqui nos relata, deixe-me já dizer-lhe que acompanho a sua indignação, vamos dizer assim, porque acho que as coisas são mesmo assim, nós não podemos estar só uns contra os outros, temos que nos juntar também quando as coisas nos parecem justas e volto a dizer, a ser nos termos em que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos transmitiu acho que tem razões para de facto a quem de direito se queixar. Entrando no ponto propriamente das informações que nos traz, é evidente que o Partido Socialista tem que falar da Feira de S. Mateus. É a Feira guardiã como o Senhor Presidente da Câmara aqui nos diz, temos todos um grande orgulho no que acontece anualmente em Viseu, no que atrai de visitantes, no que mobiliza os nossos concidadãos, mas deixe-me dizer Senhor Presidente da Câmara que este ano a Feira de S. Mateus de facto não mostrou só razões para regozijo, trouxe-nos razões também para alguma preocupação. É evidente que a chuva não ajudou, já ouvi na cidade dizer que antigamente até o S. Pedro parecia que ajudava, mas não é por aí que vou, e também não é pelo incidente lá no equipamento de diversão, porque isso, é evidente, acontece, enfim, são coisas que acontecem, e também o acompanho nisso, quer dizer, o mediatismo que é dado a esse tipo de situações não acho que seja ilustrador de facto do que a nossa sociedade, e do ponto de vista da comunicação social também devia acontecer, mas enfim, é os tempos que vivemos, agora há outras coisas que nos preocupam, e deixe-me dizer-lhe que a polémica começou antes mesmo de começar a Feira de S. Mateus. Quer dizer, as pulseiras e as faturações, e todo aquele movimento que depois... eu tinha um professor na universidade que dizia... fazia a adaptação do velho adágio, “entrada de leão, saída de sendeiro” para outra que era “entrada de leão, saída de trapalhão” e por acaso parece-nos que foi um bocadinho o que aconteceu, uma entrada de leão para depois uma saída de trapalhão, o não haver pulseiras, nas faturações e tal, enfim, proclamaram-se um conjunto de coisas mas depois de facto ajudou à polémica, ajudou a instalar um ambiente que do nosso ponto de vista não foi feliz, e depois as coisas de facto não foram por esse caminho. Agora, foram por um outro caminho e deixe-me dizer-lhe Senhor Presidente, e temos aqui o Senhor Presidente ou Diretor da Viseu Marca que pode dar as conferências de imprensa que quiser, com as autoridades que quiser no dia seguinte,

mas isto é mesmo enfim, um lamento sincero, um lamento sincero. Num dia específico, não fui só eu, não foram seguramente só as pessoas que aqui estão, foram centenas e centenas de comentários, foram centenas e centenas de queixas pessoais diretas, de pessoas de facto a falarem daquele fatídico dia, fatídico no sentido da confusão que se instalou com milhares e milhares de pessoas a deslocarem-se sem quaisquer condições e eu vou tentar ser o mais isento possível até nesta avaliação. Quer dizer, é até digamos de uma falta de profissionalismo, quer dizer, eu não compreendo que se organize há tantos anos uma feira daquela natureza com a experiência acumulada que temos e que nos tenhamos visto naquela circunstância... no Concerto dos Calema ó Senhor Preesidente! Ai, de certeza que também lhe chegaram as questões. De certeza que também lhe chegaram as questões e não é, volto a dizer, por se juntarem responsáveis a dizer: ai estava tudo bem, não acontecia nada, porque nós tivemos todos, eu acredito que daqui da Bancada do PSD também, os relatos de pessoas que se sentiram verdadeiramente inseguras, que acharam que acontecendo ali qualquer coisa mais trágica poderia ter sido mesmo um dia fatídico e eu não compreendo, desculpem mas eu não compreendo com tanta experiência acumulada se chegue a esta circunstância. Quer dizer, elementos básicos de segurança, de organização deste tipo de eventos foram acho que absolutamente descurados e isso é uma preocupação que nós não podemos deixar de registar aqui. E depois uma coisa assim um bocadinho a talhe de foice, mas que enfim, chamou-me à atenção, comentei com duas ou três pessoas já este facto, mas gostava de um comentário do Senhor Presidente. É que eu vi Bombeiros de Tábua na Feira de S. Mateus este ano! Enfim, não sei, se calhar até é normal, se calhar até já lá estiveram de outras corporações em anos anteriores, mas eu enfim, estava à espera de na Feira de S. Mateus ver os Bombeiros de Viseu parece-me que é assim uma coisa que não seja descabida, haverá seguramente razões para nós termos que ir a um distrito vizinho convidar ou arranjar, enfim, corporações de bombeiros de outros concelhos, mas já agora gostava de um comentário seu a esta situação que volto a dizer, que me trouxe alguma estranheza. Provavelmente haverá razões de sobra para justificar isto que o Senhor Presidente nos comentará. -----

Relativamente ao IP3, eu não posso deixar de dizer o seguinte ó Senhor Presidente. Eu gosto sempre de me entender como parte da solução e nunca parte do problema, enfim, é uma postura que tenho e acho que não é má prática. Já tive oportunidade de o dizer aqui nesta Assembleia Municipal, noutras Assembleias também, quer dizer, o passado é o passado, as responsabilidades a gente já o sabemos, conseguíamos estar aqui o dia todo a trocar galhardetes o que uns fizeram, o que outros fizeram, o que outros não fizeram. Parece-me a mim claro, que a obra enfim, vai ser feita. Não me parece justo sinceramente que durante anos e anos tenhamos andando a dizer que o IP3 era uma urgência e era algo que tinha que acontecer, e que ser feito, sobretudo pela segurança rodoviária. Estávamos obviamente, claro, fartos de ter perdas de vidas humanas. Quando se avalia o trajeto percebe-se onde é que há mais acidentes e onde é que os acidentes são mais fatídicos, são entre Viseu e Santa Comba Dão, onde é que vai começar a obra? Vai começar justamente neste troço. Afinal não faz sentido nenhum não devia começar neste troço, devia começar noutra qualquer. Não posso e não consigo acompanhar esta lógica. Vão-me desculpar, então, estamos preocupados com as vidas humanas, onde se registam mais perdas de vidas humanas estatisticamente é naquele troço. Ah, não deve lá começar a obra. Desculpem lá, não consigo acompanhar esse raciocínio e espero que haja alguma lucidez também, enfim, a olhar para esta situação. Mas, falando em IP3, o Senhor Presidente também falou no IP5 e agora aqui entramos... eu acho, tudo bem, os Senhores Deputados aqui são livres de se manifestar, a Senhora Deputada Francisca Damião veio aqui trazer uma carta ao Senhor Primeiro Ministro enfim, na Assembleia da República se calhar tinha mais cabimento e, portanto, vamos lá, eu pelo menos acho que entendo que devemos aqui falar é das coisas, das

responsabilidades do executivo que aqui temos, é para isso que esta Assembleia serve, para escrutinar também os que têm aqui a responsabilidade de dirigir. É uma pergunta objetiva que lhe deixo: O que é que se passa com o IP5 e com um afamado protocolo com as Infraestruturas de Portugal que há anos eu ouço falar? O Senhor Presidente da Câmara terá sempre na defesa dos viseenses, aquela postura de dizer, não, não, mas eu não aceito estradas que não venham com o dito envelope financeiro como dizia aqui há pouco a Senhora Deputada Ana Paula Santana. Eu como lhe digo quero é questioná-lo e depois ir lhe dizendo uma coisa: eu acho que os viseenses, os nossos concidadãos, quer dizer, já pouco interesse têm em saber se a responsabilidade é do estado, se é da câmara, se é do governo central, se é da CIM se de quem é. Quer dizer, têm problemas, têm problemas objetivos, e eu gostava de ver da parte do executivo municipal esta vontade de fazer parte da solução independentemente do dinheiro e depois ser mais prejudicada a câmara. Eu enfim, já não vou por isso, estou sempre a falar da mesma coisa, eu tenho esta visão. Para mim o estado é o estado. Há o estado central, há o estado local, há a administração regional, administração local, o que eu entendo, é que os viseenses querem resposta e se essas respostas vêm do estado central, se vêm do estado local, pronto, depois cada um colherá as suas vantagens do que for feito. Eu por exemplo gostava que o Senhor Presidente da Câmara resolvesse o problema e que depois que propagandeasse a todos os ventos que quem tinha resolvido o problema era o Presidente da Câmara, e que o estado não tinha feito nada, mas o problema ficava resolvido, em vez de andarmos aqui num ping-pong, a responsabilidade é sua, a responsabilidade é nossa, porque também já sabemos ó Senhor Presidente que a responsabilidade de tudo o que está bem é sua, a responsabilidade do que está mal nunca é sua. Então vamos lá falar de obras e atrasos porque também é aqui o local onde tem que se falar: -----

O Orfeão que o Senhor Presidente falou há pouco que para breve está para ser inaugurado foi adjudicado no dia 6 de agosto de 2020, hoje é 18 de setembro de 2023, já lá vão mais de 3 anos, o prazo da obra era de 1 ano e meio. Duplicou! Duplicou não porque ainda não está aberto. Diz o Senhor Presidente que é em breve, vamos ver o que é em breve, o cronómetro ainda está a contar até lá. É que numa obra como é o Orfeão derrapamos para o dobro do período, eu acho que obras como são um IP3 ou as ferrovias, enfim, também então temos que ser tolerantes relativamente a atrasos. -----

Ouça, o Mercado 2 de maio está quase para abrir, dirá o Senhor Presidente da Câmara, qualquer viseense que lá passa, também passa e vê, mas é que também foi adjudicado em junho de 2020, já lá vão mais de 3 anos e o prazo da obra também era de 1 ano e meio, já vamos no dobro e vamos ver quando é que abre, e vamos lá ver quando é que abre, e essa dá-me a impressão que enfim, é a pandemia, a pandemia serve para tudo, a gente sabe, mas também então serve para as obras da tal Administração Central, mas os casos mais paradigmáticos até são outros dois que eu vou acabar por lhe referir. -----

O Centro de Operações de Mobilidade de Viseu foi adjudicado em setembro de 2019, olhe curiosamente no dia 18 de setembro de 2019, faz hoje 4 anos, o prazo da obra era de 1 ano e meio. Faz hoje 4 anos! O prazo da obra era de 1 ano e meio. No caso do Centro de Mobilidade dá-me a impressão que não estará assim muito para abrir em breve, mas o Senhor Presidente dirá. -----

Por fim, este então é a cereja no topo do bolo, é o edifício na Rua Dr. Luís Ferreira vulgo Rua do Comércio. O edifício dos SMAS foi adjudicado em 5 de agosto de 2021, portanto, já lá vão 2 anos e tal, o prazo da obra era de 18 meses, era de 1 ano e meio façamos contas e então sejamos justos na avaliação do que andamos afinal aqui todos a fazer. O Estado Central, o Governo, esses “bandidos” não fazem nada, atrasam tudo, mas nós aqui em Viseu também como é que andamos então? É que isto não tem dúvida nenhuma, está a ver? 5 de agosto de 2021, prazo de 18 meses, portanto, já deveria estar a funcionar há meio ano. Eu

nem sei se já começaram as obras, quer dizer, parece-me que sim, as faixas, já aqui uma vez o disse, tarjas da obra, isso já mudaram... essas já foram requalificadas umas 4 ou 5 vezes, agora obra propriamente estamos à espera de a ver. -----

Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Reitero os cumprimentos a todos presentes. -----

Senhor Presidente da Câmara, começar por lhe agradecer a informação que nos traz aqui, e dessa informação para além de o felicitar do conjunto de iniciativas que a câmara tem vindo a desenvolver e associar-me às preocupações que aqui deixou relativamente a algumas questões em particular com a transferência de competências na Educação, e para percebermos o quão importante é que nós aqui no nosso processo de fiscalização tenhamos sempre o cuidado de perceber que independentemente das nossas posições político partidárias temos uma função exclusiva que é defender os interesses dos viseenses e neste caso o melhor uso dos dinheiros públicos do orçamento municipal e como percebemos este processo de transferências de competências da Educação é um prejuízo claro do ponto de vista financeira para o município, embora também tenhamos consciência que há um ganho maior pelo facto de o exercício dessas competências ser realizado de forma mais próxima através do município e de todos os agentes educativos municipais, no entanto temos também que nos associar aqui ao protesto que o Senhor Presidente da Câmara fez relativamente à conduta da Senhora Ministra da Solidariedade Social, da sua visita ao Concelho de Viseu, no entanto eu não me iludo com estas solidariedades vindas por parte do Partido Socialista porque o Partido Socialista está sempre do detrás de todo este processo, ou não estivessem os seus dirigentes e deputados sempre presentes quando está um ministro a fazer estas habilidades. Não é novo este procedimento, já no passado até quiseram criar aqui uma data específica para o Centro Oncológico, o 29 de dezembro a que se deveu não sei o quê e tal, a uma visita que a Ministra da Coesão fez com um deputado à pressa para ir visitar o Centro Hospitalar e depois anunciarem uma coisa muito trapalhona. Por isso mesmo Senhor Presidente, faça isso, demonstre também que o PSD, penso que toda a Assembleia Municipal está solidária pela falta de respeito que existe deste governo para com todos os eleitos, e a forma partidária como faz uso dos lugares que não são do Partido Socialista, mas são dos portugueses e o governo é da república e quem não sabe respeitar e estar nos lugares que lhes foram confiados devem, é pá, acho eu, fazer outra coisa que não estar no exercício dessas funções. -----

Eu também não estava para vir aqui prestar nenhum esclarecimento acerca do que aqui foi trazido por parte do Deputado João Paulo Rebelo, mas da gestão da Feira de S. Mateus não tem nenhuma responsabilidade a Câmara Municipal, como sabe, tem tanta responsabilidade como todos os outros sócios. Tem a Direção e eu sou o Presidente da Direção e essas perguntas se tivessem que ser feitas eram à Viseu Marca e eu sou o Presidente da Viseu Marca e assume as responsabilidades por tudo. -----

A primeira coisa, gostava de saber se foi ao Concerto dos Calema? -----

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:* pronto! Então pronto! Falar de onde não se esteve é muito mais fácil não é, e depois pegar nas redes sociais é uma maravilha, as redes sociais são, é pá, naturalmente e por norma um mecanismo de fundamento de qualquer tese de doutoramento, quem lá está percebe de tudo nomeadamente de segurança e já percebi que o Senhor Deputado é um perito em segurança, não é? Eu não, eu não percebo nada de segurança, mas assumo. Não percebo nada de

segurança, entrego a segurança a quem sabe de segurança, mas o Senhor Deputado sabe de segurança, é um competente nessa área, não é? Pronto! E eu fiquei a perceber isto, e agora pronto, já percebemos a partir de agora qualquer problema com segurança Senhor Presidente da Câmara, convide o Deputado João Paulo Rebelo para Comandante Municipal de Proteção Civil porque não há ninguém melhor do que o senhor para aferir o estado em que devem acontecer as coisas na Feira de S. Mateus do ponto de vista da segurança. ----- Quem tratou de fazer Plano de Segurança da Feira de S. Mateus não fui eu. Eu limitei-me, sim senhor, a aprovar em função de uma proposta por parte de profissionais de Proteção Civil e de Segurança Pública, PSP, não é? Ou seja, se a Polícia de Segurança Pública que é a única entidade que exerce a competência no território ao nível das forças de segurança, é a única, nem a GNR, aprova aquele Plano de Segurança, valida aquele Plano de Segurança, está a acompanhar ao segundo todo o momento, sou eu, é a câmara que tem que exercer qualquer tipo de intervenção e desautorizar os profissionais de segurança quando o Comandante de Proteção Civil ou dos Bombeiros Municipais está a coordenar o nosso Centro de Coordenação de Segurança da Feira de S. Mateus que elaborou conjuntamente com a Proteção Civil Municipal o Plano de Segurança das Feira, somos nós que vamos pôr em causa profissionais de Proteção Civil e de Segurança Pública? Isto foi tudo acompanhado ao segundo. Nós hoje temos condições para aferir em função daquilo que foi instalado e investido na Feira de S. Mateus, também já desde que lá estamos, quem entra, quem sai, quem compra, isto ao segundo. E sabe que a Feira de S. Mateus é provavelmente o único recinto no país que está certificado pela Proteção Civil Nacional? Então vai pôr em causa também o seu Ministro que não devia autorizar que aquele recinto tivesse capacidade para receber 60 mil pessoas. Aquilo não é uma sala de espetáculos, é uma feira. Temos que nos convencer disto, é uma feira. As pessoas não têm que ir necessariamente só ao espetáculo, ao concerto. O único mecanismo possível para limitar o acesso para além deste se houvesse excesso de pessoal, e foi tudo controlado. Tudo! Quando se teve que tomar medidas tomaram-se medidas, deixaram-se de vender os bilhetes online, não os da bilheteira, e o recinto teve sempre em plena segurança. Sempre! Eu não percebo as questões técnicas, fui perguntar a quem sabe e foi-me esclarecido. Sabe quantas ocorrências houve durante todo o concerto? Durante todo o dia houve 38. É um dia normal na feira. Houve 7 durante o concerto, foram elas automaticamente socorridas duas das quais através do INEM, nós estamos ligados ao INEM. Respondemos mais rápidos nós na feira a um incidente do que se forem chamar os bombeiros, temos mais capacidade de resposta. Ou seja, nós temos que nos convencer e o que me custa é isto, o que nós temos instalado na Feira de S. Mateus é dos melhores Planos de Segurança. Nós somos chamados para estar em conferências para falar sobre segurança, em espetáculos, em eventos. Valorizem os profissionais que lá temos. Não é a Direção das Viseu Marca, não somos nós que fazemos acontecer a segurança. Nós promovemos as coisas, investimos em segurança e bem. E é um custo elevado? É um custo elevado. É mais de 70% do custo da programação, mais de 70% sem qualquer retorno de pagamento, mas fazemo-lo a bem de quem nos visita para garantir a segurança das pessoas, e nos dois momentos, a avaria do equipamento de diversão e nos momentos neste caso de maior tensão num espetáculo onde houve uma ocorrência significativa de pessoas, houve sempre controlo do processo ao segundo, decisões tomadas em conferência. Curiosamente era daquelas coisas que eu achava que este ano deveria ser evidenciada, tinha pedido parta se fazer uma reportagem sobre o dispositivo de segurança que nós temos montado na Feira de S. Mateus e que houvesse uma reportagem televisiva sobre isto. É pá, “azar dos Távoras” no primeiro dia acontece logo aquilo, tivemos logo... isto é bom, para quem não sabe, publicidade é publicidade, foram 3 horas, nunca é má nem boa, foram 3 horas de publicidade, toda a gente falou da Feira de S. Mateus durante aquele ano, e podem ter a certeza absoluta ao nível da afluência não perdemos nada, não houve

risco toda a gente não deixou de ter a possibilidade de ir à Feira e eu digo isto em função de um conjunto de indicadores que temos, e por isso, eu custa-me estarmos aqui a fazer esta reflexão. Eu compreendo preocupações, compreendo e aceito, e há um conjunto de investimentos que podem ser realizados para melhorar ao nível do conforto para os espetáculos, é óbvio, mal feito fora se as coisas estivessem todas terminadas, mas isso não se põe em causa. Uma coisa é isto, outra coisa é a segurança, e essa nunca esteve em causa, e bastava por isso falarem com o Comissário da PSP ou com o Comandante dos Bombeiros, esses sim podem falar sobre segurança com propriedade, a esses sim nós devemos colocar as questões diretas específicas, não é dizer assim: eu levei para lá um carrinho de bebé e não consegui passar com o carinho de bebé. Mas eu tenho a certeza absoluta que a criança não pediu para ir ver os Calema. Aquilo não é uma sala onde as pessoas têm o lugarzinho sentado e que possam ter o carrinho de bebé ao lado. Nós temos que saber... eu nunca levaria, nunca levei, não levaria e não levei para alguns sítios os meus filhos. Causa constrangimento? Causa constrangimento, mas não houve nenhum acidente, nenhum incidente que não fosse resolvido no imediato que não fosse nada de extraordinário. Com tanta gente 7 episódios durante o decorrer de todo o concerto, foram prontamente socorridos, é pá, se me disserem que foi um problema, não foi! Foi um dia normal de feira simplesmente com mais gente, quem me dera que fosse assim todos com muita gente que era para pagar bilhete. Há uma forma de regular o acesso nestes dias de espetáculo, é aumentar o bilhete. Aumentamos o bilhete ... eu digo-vos assim: nós tivemos espetáculos mais caros do que aquele e que até deram mais lucro. Deram mais lucro não, não deram mais lucro, deram mais dinheiro, deram mais receita, e isto, tenho a certeza que se tivesse posto a 5 euros esse espetáculo em vez dos 45 mil dos Calema tinha 60 mil ou 70 ou 80 e tínhamos gente à porta a querer entrar lá para dentro, é uma questão de gestão, mas a gestão não se faz, nunca se fez pelo problema do acesso das pessoas, foi controlado, a partir das 5 da tarde toda a gente teve consciência do que estava a acontecer e foi monitorizada a compra de bilhetes, ou a venda de bilhetes neste caso e o acesso ao recinto e permanência no recinto, e foi monitorizado por quem? Pelos profissionais da segurança, e eu simplesmente mandei dizer, quando for necessário, se for necessário encerrar, encerramos, não há nenhum problema, não há dramas. É, é, mas as questões de segurança estão primeiro. Nunca foi necessário, nunca me foi dito, nunca foi feito, e agradeço aos profissionais que foram todos eles muito competentes e zelosos, e não aconteceu nada de especial. Acontece o quê, desconforto na feira? Toda a gente sabe como é a feira, não é? Mas, vamos para um festival, ficamos a 300 metros do palco, pagamos 50 euros ou 80 e estamos contentes e ainda comemos poeira, não é? E, pagamos a cerveja a 7 euros, a 5, hambúrgueres a 12 e estamos todos porreiros, porquê? Porque é um festival. Mas é na Feira de S. Mateus temos que politizar isto. Não politizem! A feira é sem dúvida o maior evento de atração de pessoas, vá, não direi do país inteiro, mas na região é de certeza absoluta, porque para além do país e agora não é por nada, mas o Benfica leva mais gente em todo o lado do que leva a Feira de S. Mateus. É o único, pelo menos a nível de bilhetes vendidos, está registado, vê-se isso pelos bilhetes que se vendem na liga, não é? Se não diria assim, é a Feira de S. Mateus. Vende mais bilhetes do vende o Meo Sudoeste, do que vende o NOS Alive. Nós vendemos bilhetes, nós também vendemos bilhetes e por isso mesmo não estraguem, não digam mal de uma coisa que funciona bem. -----

Para irmos aos Bombeiros. Eu não quero estar aqui a dizer nada. Nós fizemos consulta a toda a gente. Cada instituição faz a gestão da sua capacidade de resposta. Os Bombeiros de Viseu tiveram que estar em prontidão para uma fase de incêndios, ok, e nesse sentido não tiveram condições para prestar, como no ano passado prestaram, esse tipo de serviço, mas já houve anos em que os Bombeiros também não estiveram a prestar esse cuidado, esteve a Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha este ano também não deu disponibilidade. Quem esteve

a prestar o serviço de socorro pré-hospitalar foi uma empresa de Lisboa, não foram os Bombeiros de Tábua, não se apercebeu disso? Não foi à Feira, não é? Não foi à feira. Veio aqui falar de qualquer coisa que lhe disseram, e veio aqui tentar fazer política, mas não, foi uma empresa de Lisboa, e até houve Bombeiros de Viseu a dar disponibilidade para essa empresa de Lisboa, não andavam é com a farda dos Bombeiros Voluntários, como houve profissionais de outras corporações daqui da região toda, houve profissionais do INEM a prestarem esse serviço de socorro pré-hospitalar na Feira de S. Mateus através de uma empresa de Lisboa, que foi a única que mostrou disponibilidade, condições e preço que para nós fosse o melhor para prestar esse serviço. Não deu conta disso? Pois, vem falar de uma coisa que nem lá foi, olha que “carago”, isso já eu tinha percebido há muito tempo, veio para aqui brincar. Isto não é o berlinde pá! Isto não é o berlinde. Por isso mesmo, nós temos de ter aqui um bocadinho de cuidado quando nos referimos a algumas coisas não é, e neste caso em particular não há aqui tibieza nenhuma, nós não nos escondemos atrás de ninguém, eu não me escondo atrás dos profissionais, eu defendo os profissionais, pus-me à frente deles que é diferente. Agora, não ponham em causa isto porque isto é demasiado relevante, a segurança foi demasiado relevante, o investimento é elevado e também é feito através do apoio do município. É o município que através dos seus profissionais nos cede a possibilidade de termos uma coordenação de segurança de profissionais de Proteção Civil, que nos ajuda na elaboração deste Plano de Segurança da Feira de S. Mateus e por isso mesmo tenham vocês o à vontade de dizer a toda a gente lá fora que nunca será por questões de segurança. Podem não ir à feira porque não gostam da programação, agora por questões de segurança não! Por questões de conforto? Podemos todos discutir as questões de conforto, segurança é que não e isto é que é a preocupação, nós estarmos aqui a levantar uma questão que é uma falsa questão e por isso pedia só mais cuidado quando se falasse desta questão da segurança. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Deputado. -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebele solicita a palavra. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* Senhor Deputado é para? Interpelação à Mesa? A Mesa... não, não, diga, diga, diga, diga, diga -----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** É mesmo uma interpelação à Mesa Senhor Presidente. -----

Senhor Presidente, eu fiz aqui uma intervenção e depois o Deputado Pedro Alves veio aqui fazer outra e eu agradeço a intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves. -----

Agora, eu acho sempre piada quando se vem politizar acusando os outros de politizarem. – Eu vim aqui pedir esclarecimentos à Câmara Municipal de Viseu, que ainda por cima o Senhor Presidente, na sua intervenção neste ponto das informações falou amplamente sobre a Feira de S. Mateus. Pois eu sabia que estava aqui o Senhor Diretor da Viseu Marca, bom, mas aqui eu dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Diretor ou Presidente da Viseu Marca veio aqui prestar alguns esclarecimentos, e eu quero-lhe agradecer os esclarecimentos e quero-lhe dizer que eu compreendo perfeitamente que uma feira é uma feira, um concerto de música é um concerto de música e um festival é um festival. Não foram as redes sociais ó Senhor Deputado porque eu também sou, enfim, não podemos ser absolutamente insensíveis a tudo o que se diz nas redes sociais, como não podemos ser absolutamente insensíveis a tudo o que se diz nos jornais ou nas televisões, devemos filtrá-lo. Eu venho aqui e pus essas questões porque foram dezenas, foram dezenas de pessoas que me disseram. Eu por acaso não estava lá nesse dia. É evidente que me fartei de ir à feira porque eu gosto sempre de contribuir para os bons resultados da Feira de S. Mateus como viseense que sou, que é para depois virem dizer que foram lá não sei quantos milhões. É evidente que a Feira de S. Mateus conta sempre com a minha presença e durante vários dias. Nesse dia por acaso não estava. Estava em período de gozo de férias, mas chegaram-

me os relatos, chegaram-me os relatos e não foram pelas redes sociais. O Senhor Deputado Pedro Alves veio aqui prestar esclarecimentos, eu vou-vos dizer que enquanto Deputado da Assembleia da República por acaso vou, motivado pela sua intervenção, fazer questões ao Ministério da Administração Interna, porque eu não posso deixar cair em saco roto todos esses relatos, alguns deles, bem, digamos, não é verosímil, quer dizer, de pessoas sensatas que não estavam à espera de estar à frente do palco a ver, mas que sentiram verdadeiramente inseguras. Isto é uma coisa que nos deve fazer pensar para o futuro, pelo menos, pelo menos. Quer dizer, não é embandeirar em arco, houve de facto esse sentimento e foram centenas e centenas de pessoas que o sentiram, é preciso explicar? Aliás, o Senhor Deputado Pedro Alves acabou por o dizer, se calhar para o ano vamos vender os bilhetes mais caros, ou se calhar vamos mandar travar antes. Desculpe, há de facto algumas questões que são muito evidenciadas por muita gente de falta de organização no acolhimento dos visitantes independentemente de aquilo ser uma feira ou não ser uma feira. Vende mais bilhetes do que os festivais de verão? Pudera! Os festivais de verão demoram 2 ou 3 dias, a feira demora 40 dias, também mal feito fora se não vendessem. Bom, mas eu quero-lhe agradecer ó Senhor Deputado, quero-lhe agradecer os esclarecimentos que aqui trouxe, ninguém o está, digamos, a pôr em causa na sua gestão por conta de um incidente, mas é aqui o local certo para pedir as explicações e reitero, deve dar mesmo que pensar à gestão da Feira de S. Mateus e com responsabilidade da câmara, a câmara não é um sócio qualquer da Viseu Marca como nós sabemos também. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado pelo seu protesto, não pela interpelação à Mesa. Estava a protestar da intervenção do Senhor Deputado. -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves solicita a palavra. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* É um protesto também? Tem direito a um protesto. Pronto. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** O Senhor Presidente é só para clarificar aqui mais uma coisa porque dezenas, centenas, milhares de queixas que chegaram à Viseu Marca, chegam sempre queixas de tudo em função dos momentos e aprendemos sempre também com o que acontece e também tivemos noção que sendo este o espetáculo com mais bilhetes vendidos de sempre na Feira de S. Mateus que temos que os pôr mais caros, não é o contrário porque não dá para alargar muito mais. Dá para fazer aqui umas coisas no recinto, agora temos é que perceber, é pá, e às vezes não se percebe quando se contrata um artista como é que vai ser a adesão ao recinto naquele dia. Nenhum é contratado para dar prejuízo, mas vários dão prejuízo porque não sabemos se chove, não sabemos não sei quantos, porque é um recinto aberto, não é, e essa parte também nos acontece a nós e não ficamos nós só com esse problema e não há gestão que ultrapasse isto, não é, é meteorologia, agora, para este caso em concreto e para nós também deixarmos de ter preocupação, não faça só a pergunta depois em relação ao que aconteceu em Viseu. Sei que a sua preocupação é com Viseu, mas é Deputado da República também vai procurar preocupar-se com todo o país. Vá procurar saber o que é que aconteceu em Cantanhede e vai perceber também a mesma coisa. Vá tentar perceber o que é que aconteceu em Grândola, com a mesma pessoa, com o mesmo grupo, e depois vai fazer uma pergunta também que é as questões técnicas da banda? Como é que os problemas só aconteceram com aquela banda nas questões técnicas em todo o lado e não aconteceram aqui? Todas as outras bandas que cá vieram não tiveram problemas de som, não houve nada, não houve nada, zero. Não tivemos com ninguém, mas tivemos com aquela banda. As reclamações foram feitas, aquela banda, o som era fraco, não se ouvia lá atrás. Tentar perceber, façam as perguntas sempre aos técnicos, não sou eu a pessoa indicada para responder que não conheço as características dos materiais nem sou Engenheiro de Som ou de Luzes ou aquelas coisas, não é, mas é preciso percebermos que há sempre muita coisa

para além daquilo que é a sensação, a avaliação empírica que fazemos numa coisa destas. É só o desconforto, e eu esse respeito. Nós o ano passado também tivemos muitas reclamações, todas elas respondidas às pessoas e todas elas enviadas para a entidade competente que fiscaliza, e não tivemos até agora nenhum problema até agora, porque as respostas são dadas de forma consequente e sustentadas por aquilo que acontece. O ano passado também recordam-se qual foi o grande problema do ano passado? Lucas Neto, recordam-se também das queixas? Não era das crianças, foi dos pais, as queixas foram dos pais porque os pais punham as crianças às cavalitas, os outros não conseguiam ver, e faziam não sei quanto, aprendemos este ano. Houve alguma critica dos espetáculos para crianças? Não houve. Sabe porquê? Foi grátis. O espetáculo é grátis ninguém reclama, se pagassem reclama-se, nem que seja o atacador. Se os Calema fossem grátis pode ter a certeza que tinha reclamação zero. Zero! Por isso mesmo, o maior aferidor que existe para regular este tipo de queixas é o preço. Com preço vai menos gente, ou então é de borla ninguém reclama. É assim! Por isso, vamos com calma, acho que estamos a criar aqui uma falsa questão. Correu mesmo bem. Se achar que 7 ocorrências com 45 mil pessoas, todas elas socorridas prontamente e tudo resolvido a bem, se foi um problema de segurança, eu começo a achar... ----- Agora, conforto muito bem. Segurança não! As pessoas de certeza que fizeram essa avaliação não têm a mesma competência que lá estava para tomar as decisões e de quem preparou e o Plano de Segurança e o dispositivo de segurança da Feira de S. Mateus. Ok. Não levantar só esta questão. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum Senhor Deputado quer intervir? Não havendo mais nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Estava aqui a arrumar os papéis, mas também dizer-lhe que também vou alinhar num protesto e também queriam protestar por um Deputado da Nação dizer uma coisa que eu ouvi aqui. A sério que me custa solenemente ouvir dizer, *“tanto me faz que seja do orçamento de estado como do orçamento da câmara”*. -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: “eu quero é o problema resolvido”. Isso está gravado. *“Eu quero é o problema resolvido”*, portanto... -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo torna a intervir do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara rota a sua intervenção dizendo: claro, para os cidadãos tanto lhes faz. Não, eu não interrompi e ouvi aqui calado. Portanto, o cidadão, o cidadão manipulado tanto lhe faz, ao cidadão consciente faz-lhe diferença. *“A César o que é de César”*. Então já agora. Então a mim tanto me faz que os problemas sejam resolvidos pela câmara. Claro. Então, mas porque é que as competências estão separadas? Porque é que é isto? Esta é a razão porque não temos cá as coisas, é este tipo de postura. Este tipo de postura é que diz: tanto faz, eles é que resolvam lá o problema do IP3 e do IP5. Por amor de Deus. Eu sinceramente não contava ouvir uma coisa dessas. O que é que é isto? Então o IP5 que está a ser remendado, que é uma responsabilidade da Administração Central, que nós quisemos em tempo municipalizar, que a Administração Central assobiou para o lado porque entregou aquilo a uma empresa e como ficou com o problema resolvido durante algum tempo assobiou para o lado, então e agora dizem, resolvamos o problema do IP5, tanto me faz. Então, mas que coisa é que é esta? Mas, tratam do Orçamento da Câmara Municipal na Assembleia da República? Também tratam disso? Por amor de Deus, quer dizer, isto também não senão com diabos. É esse estado de espírito que leva depois a este problema da descentralização de competências. É por isso se calhar que tanto lhes faz

quando agora avariarem os elevadores como foi denunciado no edifício da Segurança Social, a câmara que receba isso, e depois tanto lhe faz. Desde que a câmara resolva. Por amor de Deus. Eu acredito que lá na Assembleia da República se possa ter um casaco, aqui é o casaco das cores do concelho. Também não é possível que estejamos aqui nas duas condições. São Deputados Municipais devem zelar pelo interesse do concelho. Já agora ouvi coisas que de facto... dantes, e é a ironia com que o Deputado João Paulo disse isto. Dantes não chovia... bem, então não chovia? Só quem não conheceu a Feira de S. Mateus. As pessoas iam à Feira de S. Mateus comprar as samarras e os artigos de inverno. Chovia sempre no final da Feira de S. Mateus. Bem, o equipamento que avariou, eu gostava de trazer isso, esse é um exemplo paradigmático. Nós fomos lá assistir ao final do trabalho exemplar que fez a Proteção Civil. O que devíamos estar aqui a elogiar o que a câmara fez por a minha mão, foi elogiar o trabalho da Proteção Civil lá, nós não precisámos de ir extramuros buscar nada, até a escada Magirus nós cá tínhamos, portanto, aquilo foi tudo resolvido com a mão-de-obra local. Olha se fosse num outro concelho? Já agora, também dizer-vos a forma como tentaram extremar aquela situação. Eu assisti à saída da mexicana, da rapariga mexicana que vinha com um sorriso rasgado a dizer que nunca tinha visto um espetáculo tão bem instalada por um preço tão baixo. Bem, dramatizaram. Pânico na Feira de S. Mateus. O que é isto? O que é que é isto? De facto, a única vantagem que teve foi, publicidade gratuita pela primeira vez, os mesmos que deviam estar por exemplo, na cerimónia ao Dr. Azeredo Perdigão, mas aí não dava para dizer nada e pronto. -----
Já agora outra coisa sobre os bombeiros. Eu por acaso vi lá os bombeiros, eu vi lá os bombeiros, até tive a oportunidade de ir jantar com o Senhor Presidente da Associação de Bombeiros. Eu vi lá os bombeiros de Viseu e fiz o mesmo comentário que fiz em relação ao resto, eu não me meto nisso. A câmara tem 48% da Viseu Marca, não fui eu que defini esta organização. Dantes não era assim, nós tínhamos uma EXPOVIS, nós éramos os responsáveis e, portanto, geríamos, agora não me peçam responsabilidades quando eu tenho a mesma responsabilidade que tem a Associação Empresarial, 48%, é a mesma coisa, portanto, cada um tem a sua representação, eu tenho na Viseu Marca, a Senhora Vereadora Leonor é o elo de ligação com a câmara, nós presidimos e indicamos a presidência da Viseu Marca, a Associação Empresarial indica o Presidente da Assembleia portanto, é tão simples quanto isso. Eu não estou a entregar e a cumprir o perímetro da câmara e depois estar a pedir às pessoas... é evidente. -----
Agora, sobre a questão da segurança, há uma coisa que eu sei, eu tive a oportunidade de falar com uma boa parte dos cantores, dos individuais que vêm ao espetáculo, lembro-me de falar com uma jovem brasileira que dizia que no Brasil não deixam vir as crianças a acompanhar os pais neste tipo de espetáculo, é só em recintos fechados e, portanto, nós aqui permitimos isso, têm uma vantagem, mas também, eu estive no espetáculo dos Calema e aquilo que se ouvia era, caramba, era gente a dar-nos os parabéns pela quantidade de pessoas que tinham ido à feira. Quer dizer, nós temos muita gente a ir à feira, ou temos pouca gente e ficamos tristes, quando há muita gente são problemas de segurança. Eu confesso que possivelmente poderia ter havido, não me apercebi disso, estive lá e não me apercebi disso, agora dramatizar a feira, bem, isso então, um dia destes não há jogos de futebol, a gente vê as pessoas apinhadas ali, com transmissões diretas, e corre-se algum risco, agora, não penso que seja... agora, o Deputado João Paulo perguntou o que é que se passa... disse uma coisa e que era ali nesta ligação entre Viseu e Santa Comba que há os maiores acidentes. Caramba, mas podia ter explicado porquê. Podia ter explicado porquê. Por a vergonha que vocês fizeram. Só há acidentes aqui porque o que puseram no Distrito de Coimbra transformaram aquilo em diques, ou as pessoas não dão conta disso? Porque é que acabaram os acidentes lá do outro lado? Porque lhe puseram uma barreira ao meio e agora quando chove as pessoas vão de barco em vez de irem de automóvel, é só por isso é que não

há acidentes daquele lado, ou não se sabia disso? Antes de, porém, aqueles diques, aquela separação, os acidentes eram ali na Zona de Penacova, toda a gente sabe disso. Está bem, já agora vou-lhe dizer outro. O acidente com o autocarro da Câmara de Viseu foi exatamente ali não foi? Foi naquilo que vocês não querem fazer, na Ponte de Santa Comba Dão para a qual não têm solução. Para quem perdeu 14 cidadãos num desastre digamos, rodoviário, pediu soluções como esta. Comecem então por resolver este problema. Porque é que não resolvem o problema da Ponte de Santa Comba? Já com a variante de Sana Comba Dão para a qual descobriram lá umas Termas no Granjal. Alguém já foi daqui, que é tão pertinho, visitar as Termas do Granjal? Já alguém lá foi a banhos às Termas do Granjal? Foram lá a banhos ao Cota Máxima que é aquele restaurante ótimo que lá está ao lado, de resto nunca mais ninguém lá foi a banhos. Descobriram isso para quê? Para inventarem a dificuldade de fazer a Variante de Santa Comba Dão. Isso é que eu gostaria de ver os Deputados empenhados em pedirem a resolução desse problema. ----- Bem, depois sobre as obras, eu gostaria de dizer que eu respondo pelas obras, mas estar-me a pedir a mim que dê resposta pelas obras que eu não iniciei, há uma coisa que podem saber, eu tenho a responsabilidade da câmara, não é isso que fazem os Governos atiram para trás. Eu até por razões que são conhecidas não atiro nada para trás, mas não fui eu. Há uma coisa que eu sei, as obras da minha responsabilidade e vêm aqui as outras a seguir, e depois chamem-me aqui à atenção para ver se nós não vamos ser dos melhores executores dos fundos comunitários. Agora, eu herdei as obras toda a gente sabe. Algumas até mostrei que lhe dava continuidade, mas mostrei o meu desacordo. Eu tenho aqui a intervenção do Arquiteto Siza Vieira quando foi no Mercado, olhe: manterá a traça original diz aqui o Arquiteto Siza Vieira quando o fez, portanto, eu não tive responsabilidade na definição destas obras. É evidente que respondo por elas, respondo por elas, como os governos deviam responder uns pelos outros, mas pronto, agora estar-me a perguntar e a cotejar com esse tipo de situação, eu não consigo digamos, dar resposta. Agora há uma coisa que sei: não têm o mesmo tipo de atraso. Estar a falar em obras que aconteceram exatamente quando foi da pandemia, com esta particularidade, diz que a pandemia serve para tudo. Não! Serviu para termos que ir pedir 12 milhões de euros ao banco, por causa das revisões de preços da situação que herdámos. Foi para isso. Então toda a gente não sabe o derrapar das obras durante o período da pandemia, e o encarecer das obras com a crise inflacionária? Toda a gente sabe disso. Eu estou desertinho que elas acabem de facto. Já agora uma outra coisa. Eu acho piada porque de facto às vezes as pessoas não têm memória porque não viveram o passado, mas é bom que tenham. A questão do Orfeão é um exercício concreto. Quem comprou o Orfeão, quem resolveu aquele problema fui eu da outra vez. Instalei o Orfeão devidamente, toda a gente sabe, naquele que era o antigo matadouro, que era um pasto de silvas e transformámos naquela casa que está lá e comprámos na altura o Orfeão. Bem, fizemos essa aquisição, somos nós agora que o vamos concluir. Diz que não sabe quando é que está concluído? Está concluído, vamos para lá passar a Universidade Sénior dentro de pouco tempo, é mais um investimento, portanto, ele está concluído, e não derrapou assim tanto. Tomáramos nós que o IP3 de que estamos a falar tivesse esta derrapagem, já estávamos todos aqui a bater palmas. Nós andamos com o IP3... nem nunca vi nada que tivesse rendido eleitoralmente tanto como o IP3. Há gente, candidatos, que já aproveitam o IP3 desde 2008, há 15 anos, sempre a bater no IP3 e depois em vez de virem dar explicações por isso, em vez de virem se apresentar como o Egas Moniz a dizerem que tiveram responsabilidade ainda vêm dizer, “agora é que vai, pá” “É agora” os mesmos. Com isto deviam corar de vergonha. Agora é que vai o IP3? O IP3 que o anunciaram desde 2008 ainda vêm agora com o descaramento dizer que agora é que vai. Agora já devia estar feito há muito tempo e inaugurado e se calhar já a precisar de alargar. Era isso que deviam fazer. Por amor de Deus, eu sinceramente há coisas e peço desculpa pelo tom, mas há coisas que

eu não posso deixar passar. Nós estamos aqui ao serviço dos viseenses e mais, temos toda a legitimidade para estar satisfeitos com o trabalho nesta comunidade. Ainda agora os senhores sabem, na Assembleia da República aprovaram as leis sobre a habitação e deram a responsabilidade a todos os municípios do litoral, mas também ao de Viseu. Nós somos de facto um concelho desenvolvido, mas temos de o reconhecer que é à nossa custa, e também, o João Paulo vai-me perdoar, se calhar com essa visão, resolvam os problemas, tanto faz que seja o município ou o governo. O governo que resolva os problemas do governo e nós resolvemos os nossos problemas. Um dia destes estão-nos a pedir também que sejamos responsáveis pelas soluções de segurança. Acham isso bem? Então, um dia destes olhe, arranje também um exército local, o Presidente da Câmara é o comandante e pronto, a partir de agora não precisamos de segurança nenhuma. Então não está isto bem definido? Esta delimitação não está esclarecida? Então cada um deve fazer aquilo que deve. -----

Só uma última nota. Eu sei que não me perguntaram nada, por isso é que eu sou digamos, cáustico em relação à forma como estão a tratar o PRR, é exatamente por esse tipo de diferença porque em vez de o regionalizarem e cada um sabia aquilo que tinha, deixaram ter um Administrador Central que depois faz isto digamos, que nós devíamos obstaculizar e mostrar o nosso desagrado. Nós temos numa CIM com 14 municípios o mesmo montante de PRR que um concelho de uma área Metropolitana, mas, se dissermos, bem, a mim pouco me importa, se for dos dinheiros municipais vocês resolvam lá os problemas. -----

Bem, eu acho que morcelas sem sangue só se fazem num lado é também em Alcobaça onde fazem morcelas com frutas de resto em mais lado nenhum. Era só Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----

Terminámos assim o PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos. -----

Iriamos passar ao PONTO DOIS (2), **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) N.º 3 – RATIFICAÇÃO.** -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Trata-se da 3ª Revisão Orçamental 2023 como disse, é uma alteração modificativa, isso quer dizer que envolve alterações no valor do balanço e, portanto, esta Revisão incide essencialmente no reforço da verba do PART do Programa de Apoio à Redução Tarifária e ainda no reforço de verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da Educação. Mas. Eu digo, é uma operação eu diria normal de quem trata das questões orçamentais. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Alguns dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto. Não havendo nenhum pedido iríamos proceder à votação. **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) N.º 3 – RATIFICAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por maioria com uma (1) abstenção. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 361/362).*

PONTO TRÊS (3), APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EXPROPRIATIVA POR VIA DO DIREITO PRIVADO DA PARCELA N.º 6 INTEGRADA NO "PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DA AGUIEIRA".

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Também rapidamente explicarei isto. Como sabem o Parque Urbano da Aguireira resultou de um processo, na sua grande maioria, e aliás, está consolidado de trocas de terrenos, terrenos que eram ali cedidos por outros terrenos, nomeadamente um dos

proprietários achou e com toda a legitimidade que deveria aliená-lo e, portanto, para a câmara não representa nenhum problema, apenas um adiantamento, já que depois em vez de cedermos o terreno que tínhamos cedido faremos também a alienação. De qualquer das maneiras o que é importante é que se trata de uma parcela fundamental para ampliar e para consolidar o Parque Urbano da Aguieira. Foi mandado aos Senhores Deputados a configuração da parcela que está em falta, ela é absolutamente indispensável se queremos ter um parque com a dimensão que planeámos no início. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? -----

Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara nós enfim, compreendemos essa lógica de que é uma parcela, mas gostava de perguntar ao Senhor Presidente se é possível adiantar-nos algumas ideias que eventualmente haja concretamente para aquele espaço, sentir-nos-íamos mais confortáveis em concordar com esta aquisição enfim, se nos pudesse “levantar o véu”. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? -----

Não havendo mais nenhum pedido tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Tenho todo o gosto em fazer esse esclarecimento. O Parque Urbano da Aguieira o PUA é um investimento que sempre acarinhámos, aliás, que iniciámos, mas que tentámos concretizar com digamos, a expensas mínimas por parte da câmara. O que na altura fizemos foi tentar fomentar uma série de trocas nomeadamente com terrenos adjacentes à Avenida da Europa. Portanto, as pessoas foram aceitando, outras não, até por alguma demora houve gente que achou por bem já não querer a troca e querer o dinheiro, é evidente que é apenas uma questão financeira de adiantamento, para o município é a mesma coisa. Mas, o que é que queremos para aquele Parque? Queremos para já alargar o perímetro da coroa ambiental que definimos para a cidade e temo-lo conseguido. O Parque da Aguieira neste momento já tem algumas coisas que são importantes e que não teriam acontecido se não definíssemos este equipamento. Dou um exemplo: a ligação da zona do Tribunal à estrada para... ali junto à ecopista, lá para cima para Santo Estevão, foi feita exatamente com o Parque Urbano da Aguieira, aquela estrada, eu não sei se sabem, é a estrada mais ecológica seguramente do país, foi feita com materiais de lá, portanto, resolvida, hoje tem servido e de que maneira, enquanto andamos no Centro de Mobilidade para estacionar os autocarros, já os lá viram, mas também, até serve para namorar, acho que é um ótimo lugar onde as pessoas veem a cidade e é uma excelente ligação do norte da cidade, ali da zona do Tribunal para a zona de Santo Estevão. Quem não quiser vir à cidade tem ali uma ligação ótima. Já se fez isso! Mas agora estamos à espera também do vosso empenhamento para fazer uma outra coisa que gostaríamos de ver e que temos a promessa do vosso Ministro do Ambiente e também de Ministros que o antecederam, nomeadamente uma Senhora Ministra que esteve aqui há pouco tempo por outras razões, a Ministra Dulce Pássaro que também prometeu. Nós queremos fazer ali uma praia fluvial, mas precisamos de represar a água no Catavejo e, portanto, temos essa promessa de que poderá haver apoio ao açude do Catavejo e tinha duas vantagens como sabem: podíamos preservar a água deixando o tal caudal ecológico no Pavia, ele fica muito perto da nascente e se não houver digamos, esse equipamento não temos caudal ecológico, o Pavia poderá ficar seco durante os meses de verão e, portanto, nós continuamos, já abrimos os caminhos no Parque da Aguieira, neste momento é possível, é muito utilizado até por ciclistas de todo o terreno e fica junto à ecopista, portanto, ele terá a utilização... ainda por cima tem uma preservação ambiental

em termos de plantas que aqui o Vereador Pedro Ribeiro tem acompanhado, ele que é um especialista nesta área, portanto, nós temos ali mais um pulmão da cidade que dá continuidade, mas isso já sabem, já me ouviram isto centenas de vezes, mas é bom que o tenhamos presente. Esta cidade tem uma coroa ambiental e eu relembro, eu sei que já falei nisto muitas vezes, mas relembro mais uma vez, nós além do Fontelo, foi aquilo que tínhamos quando chegámos à câmara a primeira vez, criámos o Parque Urbano de Santiago, depois preservámos a Cava do Viriato que também já estava com algumas ambições de ser utilizada, criámos o Parque da Aguireira e requalificámos a Quinta da Cruz, e depois preservámos os espaços junto à Colina Verde e também na radial que vai para a Mercadona, a saída para Nelas, e, portanto, se alguém está à vontade com a preservação de parques e matas urbanas somos nós, acho mesmo, como disse há bocadinho, que não haverá nenhuma cidade desta dimensão que tenha uma zona verde tão extensa e tão bem conseguida quanto esta. É uma coroa circular que nos permite afirmar sem sermos desmentidos que esta cidade será sempre horizontal, não terá grandes agressões, portanto, estamos à espera da expropriação, que queríamos seguir por outra via, sem expensas de imediato, e por isso pedimos um empréstimo, como é sabido, para pagar, e que vamos reaver rapidamente, penso que até com montantes superiores pela alienação dos respetivos terrenos. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais nenhum pedido do uso da palavra íamos proceder à votação. -----
PONTO TRÊS (3), VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EXPROPRIATIVA POR VIA DO DIREITO PRIVADO DA PARCELA N.º 6 INTEGRADA NO "PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DA AGUIEIRA". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 363/364).* -----

Passaríamos ao **PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS NO INTERIOR DA CIRCUNVALAÇÃO DA CIDADE DE VISEU.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Também poucas palavras em relação a isto. Toda a gente sabe da necessidade de regularmos o trânsito na cidade e sobretudo as horas das cargas e descargas. Eu não sei se têm atravessado algumas vezes a Alberto Sampaio, é um exemplo flagrante, e a dificuldade que temos ali em andar a circular, portanto, porque não tínhamos atualizado o Regulamento de Cargas e Descargas, ele demorou algum tempo a executar e eu estava ansioso que houvesse esta reunião para o pôr em prática. Mal seja aprovado por esta Assembleia, como espero, a Câmara de Viseu levará muito a sério as horas para as cargas, descargas, o tipo de veículo, a tonelagem de cada um, para não vermos a todas as horas, as pessoas lembram-se de descarregar a carne ao talho, que é necessário, mas têm que o fazer uma hora que esteja determinada, ou abastecer uma média superfície tem que ser a horas que sejam compatíveis com a utilização das vias e, portanto, nós estávamos ansiosos para fazer este trabalho do Regulamento de Cargas e Descargas, conseguimos fazê-lo, estamos a meio do mandato e espero que hoje com esta aprovação nós possamos ter uma cidade ainda mais disciplinada neste aspeto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto? Não havendo nenhum pedido iríamos proceder à votação. **PONTO QUATRO (4) VOTAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS NO INTERIOR DA CIRCUNVALAÇÃO DA CIDADE DE VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 365/366).* -----

Em relação aos PONTOS CINCO (5) e SEIS (6), atendendo que são da esfera da fiscalidade municipal, íamos, se o entendessem, discussão conjunta, votação separada. Alguém tem alguma discordância em relação a esse aspeto? Não havendo nenhuma discordância dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para abordagem conjunta dos PONTOS CINCO (5) e SEIS (6) e votação separada. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Eu não, tenho muito a referir sobre isto, é uma matéria recorrente, vem aqui com frequência, tem a ver com as taxas de majoração e minoração do IMI em relação aos prédios em ruínas, em relação aos prédios que estão devolutos e enfim, tem uma série de propostas de minoração de taxa e de majoração e, portanto, eu diria que é apenas de análise de posição. O que se quer com isto é que haja celeridade nas operações do Centro Histórico. Já agora, deixem-me acrescentar uma coisa a talhe de foice. A câmara entendeu que deve ter uma palavra importante nos direitos de preferência e é por isso que operações como estas que foram aqui realçadas e que felizmente tiveram a opinião favorável dos deputados, é assim que se podem fazer operações como aquela que fizemos com o Edifício Batalha e outros. A câmara está atenta ao exercício de direito de preferência para evitar que as transações no Centro Histórico sejam apenas rotativas e que não haja digamos, obra decorrente disso. Portanto, eu diria que este é um dos mecanismos que temos para ajudar nesta recuperação, a minoração e a majoração dos impostos municipais. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Em relação ao PONTO CINCO (5) e PONTO SEIS (6) concretamente APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO PARA EDIFÍCIOS SITUADOS EM ARU; ----- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ISENÇÃO. ----- Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** Sobre esta matéria vem o Bloco de Esquerda considerar que não deveriam ser só os edifícios degradados a não ser contemplados com a minoração de 10%. Os devolutos também não cumprem a sua função social, e sabemos, muitos estão em condições de habitabilidade, mas estão devolutos apenas com função especulativa. ----- É nas ARU do Centro que esta especulação mais se verifica. Aliás, o mesmo ponto da legislação permite ao Município definir Majoração de 30% para estes prédios dentro de zonas ARU. -----

De que serve ao concelho ter edifícios possíveis de habitar sem estarem no mercado de arrendamento? Sem pessoas? -----

Unicamente para alimentar um mercado de especulação de compra e venda, como o que estamos a assistir nos últimos anos. -----

A Habitação é neste momento um setor fundamental a regular com eficácia neste país e no mundo. -----

As Autarquias e sobretudo o Poder Central, têm, perante as pessoas que representam o dever de defender quem tem direito ao mais básico - a Habitação. -----

As rendas e os juros aos “Donos do Dinheiro” ceifam, á grande maioria das pessoas, grande parte do seu salário mensal, ficando pouco ou nada para o que “resta”. -----

E não deveria ser o que “resta”. -----

Todos e Todas temos direito à nossa Dignidade. À nossa Dignidade! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção neste âmbito? Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. ---

----- **VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** ó Senhor Presidente faz-me bem este abaixamento e levantamento consecutivo, eu não tenho feito exercício físico ultimamente. Eu penso que a Senhora Deputada não viu porque está aqui a majoração de 30% da taxa exatamente para os prédios degradados, portanto, a questão que levantou tem aqui a resposta. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iriamos então proceder à votação. **PONTO CINCO (5) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO PARA EDIFÍCIOS SITUADOS EM ARU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com um (1) voto contra. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 367/368).* -----

PONTO SEIS (6) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ISENÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com uma (1) abstenção. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 369/370).* -----

Em relação aos PONTOS SETE (7), OITO (8) e NOVE (9) propúnhamos também que a discussão fosse conjunta e a votação separada, já que se refere a aspetos de ARU em três freguesias. Algum dos Senhores Deputados tem alguma coisa a opor. Não tendo nada a opor dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. PONTOS SETE (7), OITO (8) e NOVE (9). -----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Também vou ser rápido em relação a esta matéria, mas não queria deixar de dizer que é talvez das propostas que trazemos aqui que consideramos mais importantes. Estas ARU's Rurais são para nós muito importantes e a forma como as definimos. Possivelmente já me ouviram isto em circunstâncias anteriores, mas eu gostaria de o repetir. Nós definimos para o concelho por proposta da SRU que muito nos agradou Áreas de Reabilitação Urbana Rurais e fizemo-lo desta forma: conjuntos de duas freguesias associadas que sejam de pontos extremos da cidade, isto é, de pontos extremos do concelho. Fizemo-lo primeiro a dois, duas freguesias com aldeias separadas e estamos, digamos, convencidos que vamos dar uma grande ajuda à recuperação dos centros históricos das freguesias, porque tiveram também a mesma evolução que tem na cidade. Nós sabemos bem como as pessoas nas aldeias se deslocaram também do interior das próprias aldeias com casas que hoje muitos dos que nos visitam admiram, casas de granito que foram deixadas por dificuldade de acesso com o carro, por sei lá, por dificuldade de espaço adjacente que as pessoas queriam que vieram viver para a periferia. Nós estamos neste momento, e eu não sei exatamente, mas podia sabê-lo rapidamente ali com recurso ao Presidente da SRU, a quantidade de casas que nós já adquirimos nas aldeias. Temos adquirido casas devolutas em ruínas, algumas mais arruinadas do que outras, mas que vamos requalificar através da estratégia local... setenta (70) isto em direto, o Dr. Jorge Anselmo disse-me que são 70 casas que já comprámos nas freguesias. Há uma coisa que eu sei e que posso deixar aqui. Quando as casas estiverem requalificadas nós não aceitamos nenhuma nega de alguém que não tenha habitação e que não a queira usar, isso fica claro, já o disse, era o que faltava que alguém tenha direito... como disse a Senhora Deputada Lúcia Vilhena que o direito mais básico seja disponibilizado e depois a pessoa não aceite porque é numa aldeia. Quem não tiver casa e nós lhe apontemos uma casa num local qualquer deste concelho, não aceitamos nenhuma nega sob pena ... -----

A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* ... se concorrer, com toda a certeza que lhe atribuímos, temos todo o gosto, aliás, acho que damos um bom

contributo levando as pessoas para as aldeias do nosso concelho onde há exemplares de casas excelentes que vamos deixar bem tenho a certeza absoluta, aliás, a SRU trabalha muito bem este tipo de situações e depois vamos pô-las à disposição das pessoas nos centros históricos das povoações. Eu estou muito esperançado sobre esta decisão que levámos a cabo e espero sinceramente que estejamos a dar um contributo grande para repovoar os centros históricos das povoações, porque se passa exatamente a mesma coisa. Eu tenho uma casa no meio da minha aldeia e fico tão sossegado quando vou lá porque não tenho já ninguém à volta, não mora lá ninguém e é mesmo no centro da aldeia, portanto, nós precisamos que as pessoas voltem de novo às aldeias e aproveitem esses imóveis de granito, tantos que temos por aí, que a câmara através da SRU comprou em grande quantidade e vamos continuar a comprar e metê-las na Estratégia Local de Habitação, é isso que vamos fazer, nada melhor para isso de que fazê-lo a jusante desta definição que estamos agora a ter, as Áreas de Reabilitação Urbanas Rurais, e, portanto, estamos a fazer as ARU's exatamente para possibilita às pessoas uma fiscalidade amiga e a seguir vamos repor as casas e pô-las à disposição das famílias. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **TRINTA – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Muito obrigado mais uma vez Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara a discussão é conjunta a votação vai ser individualizada. Eu, o que me traz aqui é concretamente uma situação da Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá, mas concretamente na proposta de delimitação da ARU de Vila Chã de Sá. Não nas redes sociais, mas fomos contactados diretamente por alguns cidadãos enfim, proprietários, habitantes desta freguesia que nos manifestaram uma enorme preocupação por esta delimitação não abranger uma área considerada, e enfim, já agora deixem-me acrescentar, visitada por nós próprios, não estar considerada e ser uma área claramente, do nosso ponto de vista, eu já agora aproveito e não quero ressuscitar a discussão, mas em momento algum quis fazer-me passar por especialista de segurança e tão pouco me quero fazer passar por especialista de reabilitação, mas enfim, por isso procuro aqui os esclarecimentos mais técnicos porque a um leigo, ou aos leigos que visitámos nos parece claramente, é digamos, o lugar Casal de Além em Vila Chã de Sá, o Senhor Presidente da Junta está aqui conhecerá seguramente bem o território de que falo, a nós parece-nos evidente volto a dizer, ainda que numa opinião mais leiga, de que efetivamente deveria ser uma zona incluída, porque isto é um regime, como nós sabemos, que traz grandes vantagens à reabilitação desses edifícios e, portanto, votaremos contra o Ponto Número Oito (8) caso não haja de facto, digamos, uma explicação cabal e razoável sobre o porquê dessa não inclusão desta área. Não quero mesmo ressuscitar, mas está visto que isto vai acabar mesmo antes da hora de almoço, ó Senhor Presidente não resisto a dizer-lhe uma coisa com toda a amizade que vamos tendo, que temos e que evidenciamos. Eu pedia-lhe por favor que não apoucasse enfim, a perspetiva e a lógica que eu trago sempre a estas discussões, que é da cooperação entre o Estado, o Estado Local e o Estado Nacional, pedia-lhe que não o apoucasse, tanto como eu não apouco a sua outra perspetiva distinta ainda que deixe-me dizer-lhe, a sua que é claramente mais dicotómica entre o Estado Central e o Estado Local de permanente confronto tenha resultados porque já a pratica desde 1989 e o IP3 está como está. Dê lá uma oportunidade se faz favor a outras perspetivas que são estas de maior cooperação e colaboração justamente para ver se resolvemos os problemas às pessoas. Volto a dizer, não sou eu que entendo, são os cidadãos, os cidadãos querem é os seus problemas resolvidos. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido

dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----
----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Dar a primeira resposta, aliás, eu pensei até que o cidadão que se queixou estivesse hoje presente na Assembleia Municipal porque nós tínhamos a resposta para isso. A questão é que aí, na solicitação que era feita há terreno agrícola e, portanto, mas já agora deixem-me dizer uma coisa, nunca interferirei na definição do que é uma Área de Reabilitação Urbana Rural. Se entregámos isso, é a mesma coisa como fazemos para o Centro Histórico. Eu não defini nenhuma Área de Reabilitação Urbana, são os serviços do ponto de vista técnico que dizem, aí é esta definição e é esta que nós propomos, não é a pedido, mais aqui ou mais além, têm a autonomia toda para definirem quais são as áreas de reabilitação urbana, como fizemos aqui para o Centro Histórico em que também não interferimos e, portanto, deixaria que continuem assim e vão ter da minha parte sempre essa autonomia para definirem tecnicamente quais são as áreas, naturalmente em conversa com os Senhores Presidentes de Junta, é isso que fazem e que definam digamos as áreas adequadas porque senão era fácil, numa freguesia púnhamos Área de Reabilitação Urbana toda a freguesia e estava o problema resolvido. São áreas de Reabilitação Urbana porque temos um objetivo, requalificar aquela área, se por acaso puséssemos para toda a freguesia não tínhamos nenhuma vantagem e não fazíamos as pessoas ir para o Centro Histórico. Mas, usar da palavra é mais pela segunda parte. Eu sei que tem uma visão diferente da minha, é natural. Tem mais uma visão de cooperação, mas tem uma visão de cooperação temporalmente bem definida. Vocês têm uma visão de cooperação quando estão no governo e com os municípios da oposição, é notório e por isso é que se calhar põem o cartaz em Lisboa. Eu não faço isso, não é preciso, mas eu tenho-me dado bem com esta, tenho-me dado tão bem com esta posição que é o concelho mais desenvolvido do interior, tem a ver com a nossa ação, vocês aqui nunca puseram a mão, não têm nenhuma responsabilidade, de bom ou mau não é nada convosco, aqui nunca mexeram e os viseenses têm-se dado bem com isso, os viseenses têm-se dado muito bem com isto, têm-se dado muito bem com a ausência do punho fechado aqui. Pronto, é isto, e, portanto, não me peçam a mim para alterar a minha posição, hão-de vir outros tempos de cooperação, hão-de vir outros tempos, mas o que eu acho incorreto é que se ponha o problema assim, isso é que eu acho. Agora somos de partidos diferentes não há! Então se fosse assim... nós temos saudades de alguns tempos de facto, quando veio o Politécnico, os IP's, a Autoestrada, o Tribunal, o Palácio da Justiça, vieram em tempos, porque tínhamos governantes, governantes que têm a responsabilidade como eu de governar o país. A Autoestrada entre Viseu e Coimbra não me diz respeito a mim, diz respeito ao governo, isso é a maior coisa que já ouvi. Então, mas o governo olha para mim, o eterno presidente, tu és do PSD, para aí não há nada, não é a mim que me está a fazer confusão, eu chego a Coimbra se não demoro menos tempo demoro mais tempo, é aos cidadãos que os elegeram também. Então, mas que história é essa? Uma visão diferente, quando ela vier, pronto. Há visões até que são daquilo que costumo chamar de sidecar. Tem-se ali a moto ao lado do carro, o carro é meu, é de alguém que eu mande andar e anda, quando acabarem depois essas coisas que vêm às desfolhadas e não sei quantos mais... eu não quero isso, quero uma afirmação do Poder Local aqui, nós não precisamos que o governo venha fazer nada daquilo que é da nossa responsabilidade. Façam aquilo que é da sua responsabilidade. São os Hospitais, é a Via Férrea, são as Autoestradas é isso que é da vossa responsabilidade, agora não me digam que é só por eu ter este comportamento com o governo, tenho este comportamento com este ou com outro governo qualquer, disso já dei provas, já assisti a muitos governos e tive sempre a mesma posição que é de defesa intransigente dos interesses do município, disso não me vou arredar. Mais, até deixaria aqui ao João Paulo com a amizade que tenho e que é muito longa, que cultive uma qualidade que eu acho fundamental, que é a da coerência. Ninguém me vê andar aos pulinhos e é-me

indiferente o governo que lá esteja. Para defender o concelho estou sempre aqui na primeira linha, seja com quem for e, portanto, não preciso digamos, dessa... esta dicotomia naturalmente, é natural, mas tem a ver mais com posições ideológicas propriamente do que com relações pessoais e, portanto, eu não me revejo nessa posição. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação: PONTO SETE (7) ... -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo solicita a palavra. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* é alguma dúvida? É que já interveio sobre a ARU. Pronto, tem a palavra. -----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Eu agradeço o esclarecimento do Senhor Presidente relativamente a isto. Eu, enfim, também mantendo a coerência, enfim, gosto de votar as coisas com alguma consciência e perceber exatamente o que está em causa. Eu fui ver edifícios, eu fui ver casas, várias, não sei se dezenas, bem, várias muitas, quer dizer, não fui ver terrenos rurais. Eu compreendo mais ou menos o que o Senhor Presidente da Câmara diz, que é: nós temos que delimitar zonas de reabilitação, naturalmente não o vamos fazer onde há enfim, terrenos, prédios rústicos, digamos, sem edificação, mas eu vi edificação e do que eu estou a falar é de edificação e que volto a dizer, e que não são poucas casas, por isso, mantenho, enfim, face a esta explicação o Partido Socialista vai votar contra neste pressuposto. Eu compreendo, por exemplo aqui o Centro Histórico, não é, evidentemente que aqui no Centro Histórico não há assim muitos terrenos, há por ali pelo meio uns terrenozitos, mas é claramente urbano, mas nas aldeias é mais difícil disso acontecer, digo eu, não é? Agora eu penso, enfim, volto a dizer, aqui há mesmo um conhecimento empírico porque visitámos, fomos lá ver e o que está em causa são mesmo edifícios, são mesmo casas velhas, aliás, dizem-nos, das mais velhas da freguesia e, portanto, faz-nos mesmo sentido que aquele espaço estivesse contemplado. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** obrigado Senhor Presidente. Só para esclarecer uma questão. De facto, eu percebo isso, mas não é por isso que o Partido Socialista vai votar contra, é por outros motivos. Então, o exemplo do Centro Histórico é paradigmático. Quantas casas em ruínas é que não há fora do Centro Histórico? Então, tem que se delimitar uma zona, depois o que se pode fazer é a seguir aumentar a ARU. Ainda por cima, eu ouço muito bem, é reserva agrícola aquilo que estão a pedir no caso em apreço, mas não é esse o problema. O problema é: delimitou-se uma área geográfica para uma reabilitação urbana. O que se pode discordar é se ela é suficiente ou se se deve alargar ou não. Agora não se pode é dizer, eu vi edifícios que estão na mesma situação fora dali que também deviam ser contemplados porque senão caímos no problema exatamente que o João Paulo disse aqui do Centro Histórico. Nós temos uma delimitação do Centro Histórico onde há, digamos, esta legislação vigente, mas fora do Centro Histórico temos exemplos exatamente iguais, prédios que estão na periferia, alguns em ruínas, bem, isso é uma outra.... Podemos passar a isso depois, mas não é agora, agora estamos a tratar de uma área que foi delimitada e que não pode, pois, contemplar casas isoladas, não era possível. Temos que delimitar uma outra zona se acharmos fundamental, aliás, eu penso que estas Áreas de Reabilitação Urbana que foram definidas mesmo para as freguesias com este critério, mais tarde, espero eu, possam ter uma segunda volta de alargamento, mas agora temos que contemplar as freguesias todas, enquanto não acabarmos este processo não aumentaremos o espaço, mas acho que não pode ser de outra maneira. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação dos PONTOS SETE (7), OITO (8) e NOVE (9). -----

PONTO SETE (7) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - FAÍL - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ. Quem vota contra? Quem se abstém? ...----
O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: É o SETE (7) é isso que estamos a votar. Eu agora estou na votação. Quem se abstém? ... PONTO SETE (7) é FAÍL - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ. ... -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém novamente do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: ... Fail. Estamos em votação, por isso, quem vota a favor? PONTO (7). Agora ponho ao contrário. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso não há abstenções, certo? O Senhor Deputado não se abstém. Pronto. Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 371/372). -----

PONTO OITO (8) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU – VILA CHÃ DE SÁ - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, aprovado com onze (11) abstenções. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 373/374). -----

PONTO NOVE (9) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - TRAVASSOS - FREGUESIA DE S. PEDRO DE FRANCE. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 375/376). -----

PONTO DEZ (10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu não queria acrescentar mais nada. Este é um pedido de adesão digamos, ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia e, portanto, digamos, a proposta é de aprovação na proposta do município.

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? PONTO (10). Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

---- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS): Bom dia a todos. Renovo os meus cumprimentos. Muito rapidamente, deixar aqui apenas o nosso voto absolutamente favorável da Bancada do PS, dizer ainda que se trata de um programa bastante ambicioso, pelo que vemos no documento falamos em 6 anos, numa redução de 40% de CO2 de constantes adaptações às alterações climáticas. O Executivo tem ainda 2 anos para fazer o inventário, fazer o ponto de situação, apresentar um plano de ação e não é só reduzir a emissão de CO2, trata-se também e no documento também se fala disso, trata-se de poupança energética e trata-se de mais energia consumida a partir de fontes renováveis e, portanto, o Senhor Presidente não vai ter aqui uma tarefa fácil com este pacto, mas nós queríamos aqui dizer que esta atitude também nos agrada, o entendimento de que não é de forma isolada que chegamos lá, mas sim cooperando com os outros que chegamos lá e eventualmente faremos a diferença, essa atitude agrada-nos, ficamos portanto, nesta Assembleia agora a aguardar o diagnóstico, o ponto de situação do concelho, o consequente plano de ação, algo que será muito ambicioso, mas é certamente muito necessário e é fundamental para todos nós e também para as gerações futuras. Obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: obrigado Senhor Deputado. Iriamos então proceder à votação. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 377/378).

PONTO ONZE (11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO

INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. --
----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Também rapidamente, aliás, a proposta é perfeitamente clara, nós queremos fazer um contrato interadministrativo com os municípios e com a CIM, os municípios atravessados por esta futura ecopista que está pronta, que vai ser inaugurada em outubro, mas que teve alguns percalços, percalços não só aqui, mas nalguns municípios também atravessados pelo canal ferroviário e tem a ver com o seguinte: tem a ver com, já agora deixem-me fazer aqui um parentese para dizer que o Município de Viseu apesar de tudo acautelou muito bem os seus interesses. É o único município digamos, deste grupo que é dono do canal, e daí também digamos, a minha admiração por termos que recorrer ao Tribunal e a uma providência cautelar para evitar aquilo que não devia ser consentido, os cidadãos que de forma abusiva usurparam o canal para prolongarem as suas propriedades. A câmara não poderia ter permitido isso, devia tê-lo feito logo, o que é facto é que apesar de tudo nós temos alguns problemas no concelho, mas que fomos resolvendo com alternativas. Há outros concelhos bem piores por força de não serem donos do canal ferroviário, tiveram que fazer grandes adaptações, de qualquer das maneiras eu penso e é importante, é realçar que com a conclusão desta ecopista nós ficamos com uma das maiores, seguramente a maior ecopista da europa e se calhar uma das melhores, já que a nossa Ecopista do Dão que é apenas um subconjunto destas 3 ecopistas quando ficarem prontas, foi considerada a segunda melhor da europa e eu penso que com este *upgrade* há-de ser uma das melhores ecopistas da europa. Portanto, ela está na fase final e isto é que é de saudar e aquilo que compete ao município pagar também está aqui explicitado, são 86 mil euros para que a CIM faça a limpeza total e não só apenas de cada município. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra no PONTO ONZE (11)? Iremos então proceder à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 379/380).* -----

-PONTO DOZE (12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU -AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Só para dizer qual é o âmbito que esta delegação de competências abrange. Falamos de: -----

Funcionamento dos edifícios escolares; -----

Apoios e Complementos Educativos; -----

Recursos Humanos; -----

Financiamento. -----

Também para terem uma ideia do esforço financeiro a fazer, trata-se de 8 agrupamentos e eu vou enumerá-los: -----

Infante D. Henrique; -----

Mundão; -----

Viseu Norte; -----

Viso; -----

Grão Vasco; -----

Alves Martins; -----
Emídio Navarro; -----
Viriato. -----

Cujos montantes chegam aos 102.626 euros, portanto, é disto que estamos a falar, é possibilitar aos diretores de agrupamento nestes setores terem autonomia e o financiamento assegurado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra no PONTO DOZE (12)? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra iremos proceder à votação. -----

PONTO DOZE (12) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU -AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra e uma (1) abstenção.* (**Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 381/382**). -----

PONTO TREZE (13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO - 2.º ADITAMENTO – RATIFICAÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Trata-se de um pedido que foi solicitado pelo Tribunal de Contas e que tem a ver com a Casa das Bocas, ainda, o Tribunal de Contas mandou corrigir os montantes porque havia ainda uma fatura por pagar cujo montante está aí, mas é apenas isso, acertar. Curiosamente o contrato baixa, é menor do que inicialmente tinha sido proposto exatamente por essa chamada de atenção por o Tribunal de Contas. É para repor a situação. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos então proceder à votação. -----

PONTO TREZE (13) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO - 2.º ADITAMENTO – RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com uma (1) abstenção.* (**Anexo 13 – Registo nominal das votações, páginas 383/384**). -----

PONTO CATORZE (14) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO DE VISEU - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente isto trata-se de facto do Plano para a Igualdade, foi elaborado pela Vereadora da Ação Social e, portanto, é um relatório da avaliação externa e o que se propõe é a aprovação do Relatório da avaliação externa do Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação de Viseu. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 14 – Registo nominal das votações, páginas 385/386**). -----

PONTO QUINZE (15) ELEIÇÃO DO DELEGADO (EFETIVO E SUPLENTE) REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO AO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES. -----

Temos aqui já uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Há mais alguma proposta? Não havendo mais nenhuma proposta iríamos ler esta proposta. -----

DELEGADOS AO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES, PRESIDENTES DE JUNTA: -----

Efetivo: Presidente de Junta de S. João de Lourosa Carlos Almeida; -----

Suplente: Presidente de Junta de Silgueiros Rui Mendes. -----

Iriamos então proceder à votação de acordo com a tramitação normal que temos. As pessoas são chamadas, preenchem o boletim de voto e depositam-no aqui na urna. -----

Iriamos proceder à chamada para ver se terminávamos da parte da manhã: -----

Iriamos então proceder à chamada dos Senhores Deputados:

- A Senhora Primeira Secretária da Mesa dá início à chamada: -----

- José Manuel Henriques Mota de Faria; -----

- João Paulo Loureiro Rebelo; -----

- Pedro Filipe dos Santos Alves; -----

- Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva; -----

- José Pedro Esteves Gomes; -----

- Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho; -----

- Celina Lourenço Martins Ferreira; -----

- Manuel Teodósio Martins Henriques; -----

- Ana Paula de Figueiredo Simões Gomes Santana; -----

- Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque; -----

- Ana Paula dos Reis Madeira; -----

- André Filipe Marques da Cunha; -----

- João Alberto Chaves Caiado Rodrigues; -----

- Paula Cristina dos Santos Dias; -----

- Isabel Cristina Bento Fernandes; -----

- Jorge Adolfo de Meneses Marques; -----

- Paulo Alexandre Teixeira de Almeida (falta); -----

- Bruno Videira de Albuquerque Fernandes; -----

- Alberto Afonso Pereira da Silva Costa; -----

- Amélia Maria da Silva Soares; -----

- Maria Francisca Damião Loureiro; -----

- Maria de Fátima Fernandes Lopes; -----

- Hélder Filipe dos Santos Viana; -----

- Bruno Luís Cardoso de Melo; -----

- Lúcia Maria de Abreu Vilhena; -----

- António Jorge Gomes Rodrigues; -----

- Rui Pedro Oliveira de Almeida; -----

- Joana Sofia Duarte dos Santos; -----

- Manuel Jorge Nunes; -----

- Rui Manuel dos Santos Ferreira; -----

- José Fernandes; -----

- Carlos Alberto dos Santos Lima; -----

- António Manuel Almeida Silva Rego; -----

- Joaquim Polónio Lopes; -----

- Fernando Manuel Leitão de Almeida; -----

- José António Marques Seabra Figueiredo; -----

- António de Almeida Jesus Lopes; -----

- José Manuel Lopes Pereira; -----

- Pedro Alexandre Dias Carragoso; -----

- Maurício Marques Dias; -----

- José Manuel de Almeida Fernandes; -----



- António Soares Correia; -----
- Márcia Sofia Gomes de Lima; -----
- Custódio de Figueiredo Ferreira; -----
- Adelino Silvério Ferreira Esteves; -----
- Carlos Alberto Ferreira Almeida; -----
- José Ernesto Barreiros Coelho; -----
- Fernando José Cardoso Rodrigues; -----
- Aurélio Pereira Lourenço; -----
- Rui Filipe Marques Ferreira Felícia Mendes; -----
- Diamantino Amaral dos Santos; -----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a chamada: -----
- Cristina Paula Cunha Pereira Gomes. -----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Como informação, só para dizer, o Dr. Ruas teve um assunto urgente, teve que sair e por isso está a representar o Dr. Ruas nesta Assembleia a Senhora Vereadora Leonor Barata. Era só para transmitir até porque era um Ponto que no fundo só tinha a ver com a eleição dos Presidentes de Junta e por outro lado também não tínhamos ninguém inscrito para a parte do Público. -----
Ele tinha uma situação urgente e teve que sair, está bem? -----
Resultado da votação. Foram trinta e quatro 34 votos a favor, quinze (15) votos brancos e dois (2) nulos. Por isso, estão eleitos para representantes das Juntas de Freguesia do Concelho ao Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Presidente de Junta de S. João de Lourosa Carlos Almeida e o Presidente de Junta de Silgueiros Rui Mendes. -----
Terminámos assim os nossos trabalhos da parte da manhã, não há ninguém inscrito no Período do Público, e agradecia a colaboração de todos. -----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 18 de setembro de dois mil e vinte e três quando eram treze horas e vinte minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 36 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

**ANEXO 1****INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 18 DE SETEMBRO DE 2023**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Como é de todos conhecido, decorre, ainda, a 631.ª edição da Feira de S. Mateus no momento em que realizamos esta Assembleia Municipal.

Uma edição que abriu as portas a 10 de agosto com a presença do senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva.

Na impossibilidade da presença do senhor Presidente da República não quisemos deixar de seguir o protocolo institucional e convidámos a segunda figura mais relevante do País, o senhor Presidente da Assembleia da República.

Mais uma vez a Feira de S. Mateus faz jus ao seu estatuto de Guardiã das Feiras Populares.

**ANEXO 1**

Uma Feira de encontros e reencontros de amigos e familiares.

Uma Feira que é, também, uma oportunidade de negócio para os muitos feirantes aqui presentes, bem assim como é, também, uma oportunidade para os vários patrocinadores aumentarem a visibilidade das empresas que representam.

Esta edição 631 tem ainda a particularidade de celebrar um marco tão importante para a cidade, como são os 900 anos da atribuição da Carta do Foral a Viseu. Não poderíamos deixar de assinalar a data nesta Feira Secular, que é, também, uma marca identitária da região.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Viseu é um Concelho atrativo, com oportunidades várias para os mais diversos setores de atividade.

Questiono-me mesmo, quão mais seria essa atratividade evidente se o Estado Central executasse as infraestruturas que, há muito, nos são devidas. Se tivéssemos um perfil de autoestrada até Coimbra, ou se a Ferrovia se previsse para curto prazo.

Reuni, há umas semanas com o senhor Ministro das Infraestruturas.

**ANEXO 1**

Foi uma perfeita desilusão a reunião. Nada que não estivesse à espera e que, até já tinha previsto semanas antes.

Preparam-se, para iniciar o IP3 onde ele menos precisa.

O principal problema do IP3 é, como se sabe, o estrangulamento na passagem por Penacova.

Aí, não apresentam qualquer previsão de obra. Apresentam sim, para a zona até Santa Comba Dão. A empreitada que designaram por Viseu – Santa Comba não é mais do que a requalificação do IP3 no Concelho de Tondela.

O senhor Ministro nem sequer deu resposta à solução apresentada pelas duas CIM's da Variante em Santa Comba Dão.

Como disse, as obras não devem ser feitas só para mostrar, mas sim para resolver problemas. E, neste caso, não estamos a resolver efetivamente os problemas do IP3.

A juntar à voz que sempre levantámos contra o estado deplorável da ligação entre as duas maiores cidades do interior, vão surgindo opiniões de diferentes responsáveis chamando à atenção para tal.

O exemplo dos “remendos” no IP5 anunciados exatamente no dia de mais um acidente que ceifou a vida a mais um jovem.



ANEXO 1



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Não pensem que o que pedimos é a satisfação das nossas responsabilidades por via do Estado Central.

O Estado Central que faça o que lhe é devido, que nós saberemos bem fazer o que é da nossa responsabilidade.

Defendemos o princípio da subsidiariedade.

O que já não defendemos é o que se tem passado nos últimos tempos.

Veja-se o exemplo da Educação.

Fizemos uma análise aos custos e proveitos da transferência financeira da descentralização da educação.

No ano 2022 o Município gastou com o pessoal não docente mais de 6,7 milhões de euros sendo apenas ressarcido de 6,05 milhões.

Nos transportes gastou cerca de 191 mil euros sendo ressarcido apenas de 92 mil euros.

Em suma, no ano 2022 o Município gastou do seu orçamento 679 mil euros com pessoal não docente e cerca de 100 mil em transportes.

É certo que para o ano 2023 foram atualizados os valores.

No entanto esse défice de cerca de 780 mil euros ficou, no ano 2022, nas contas da autarquia.



ANEXO 1



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Assinámos, no final do mês passado, dois Protocolos de Colaboração, um com a Junta de Freguesia de Silgueiros e o Centro Pindelense, e outro com a Freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, no âmbito da ação social.

Participámos, ainda, com a presença da Senhora Secretária de Estado da Inclusão, no lançamento da primeira pedra do investimento da Associação Hípica e Psicomotora na nossa Escola de Vil de Soito.

Investimento que tem a comparticipação financeira deste Município e a cedência por direito de superfície do edifício e respetivo logradouro.

Por outro lado, à mesma hora, a Senhora Ministra do trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, sem qualquer comunicação oficial e sem aviso deslocava-se dentro do nosso Concelho a um outro empreendimento que é apoiado pelo Município.

Não entendemos como isto é possível.

Enviarei uma carta ao senhor Primeiro Ministro a referir a indelicadeza do ato.

Sou um institucionalista. E só sendo um institucionalista se respeita o Estado democrático e de direito.

Como referi no início da minha intervenção, foi isso que me levou a seguir a hierarquia no convite institucional para a Feira de S. Mateus.



ANEXO 1



Não posso aceitar que os partidos se misturem com as instituições democraticamente eleitas, nem que se sobreponham às mesmas.

A Senhora Ministra que tão bem recebemos em representação da Comunidade Intermunicipal, na casa do Adro, deveria dar-nos nota das suas intervenções no nosso Concelho.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Sei, no entanto, reconhecer quem sabe respeitar as eleições e as instituições.

O Senhor Ministro da Saúde tem ligado regularmente para me manter informado sobre as urgências pediátricas e o bloco de partos do hospital.

Sabemos que é um problema complexo, mas que tem vindo a ser resolvido, encontrando soluções para os serviços que, segundo denunciam os profissionais de saúde e os sindicatos, continua à beira da rutura por falta de médicos.

Registo, no entanto, essa cordialidade e essa palavra do Ministro que tem encontrado a forma certa de nos relacionarmos.

**ANEXO 1**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Neste período entre Assembleias Municipais abrimos a Mata do Serrado, oferecendo um espaço privilegiado de lazer para toda a família.

Em pleno centro urbano, há, assim, mais um espaço verde que convida viseenses, visitantes e turistas à fruição plena: a Mata do Serrado, e que progressivamente requalificaremos para que se venha a tornar num equipamento cada vez mais fruído pelos seus visitantes.

Com cerca de 22 mil metros quadrados, é mais um espaço verde que se coloca à disposição da comunidade, em complementaridade com outros espaços verdes, de dimensão considerável, como é o Parque Aquilino Ribeiro e a Mata do Fontelo.

Seguramente, não haverá muitas cidades que se possam orgulhar de ter uma manta verde tão diversa e espaçosa quanto esta. Isto dá-nos uma garantia, que é aquilo que também queríamos: a preservação de uma cidade horizontal. Queremos uma cidade ampla, onde as pessoas tenham oportunidade de ver as Serras do Caramulo e da Estrela, sem grandes prédios ou infraestruturas.

**ANEXO 1**

Nos últimos meses, foi realizada uma avaliação de todas as espécies arbóreas no local. As árvores foram inventariadas, num total de 432 exemplares, sendo a sua maioria carvalhos e castanheiros. Existem ainda medronheiros e sobreiros.

A intervenção realizada foi o menos invasiva possível, considerando que esta é uma Mata e não um Parque Urbano. O objetivo foi garantir o mais possível o conceito original de espaço de natureza, realizando-se algumas podas de manutenção e abates pontuais de árvores em risco de queda, com vista a assegurar a segurança de pessoas e bens.

A par da Mata, no futuro, a comunidade poderá ainda usufruir da Casa Solarenga e dos espaços adjacentes, que ocupam uma área total de cerca de 4 mil metros quadrados. A requalificação do edifício ficará a cargo da empresa Geriavi, passando depois este para alçada da autarquia que poderá colocá-lo à disposição do público, nomeadamente para atividades de carácter cultural e educativo.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados



ANEXO 1



Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 51 folhas em anexo, as matérias tipificadas no n.º1 e n.º4 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.



ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 08/SETEMBRO/2023

	€		€
Saldo Inicial (orçamental)	20 809 047,12	Despesa Corrente	42 077 264,90
Receita Corrente	42 158 196,73	Despesa de Capital	15 310 115,64
Receita de Capital	5 999 958,82	Outras Despesas	0,00
Outras Receitas	47 602,96	Total das Despesas	57 387 380,54
Total das Receitas	48 205 758,51	Saldo Actual (orçamental)	11 627 425,09

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 08 de SETEMBRO de 2023

	€
Fornecedores	2 602 501,10
Outros devedores e credores	209 931,99
Total	2 812 433,09

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 08 de SETEMBRO de 2023

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	12 326 636,94
Estado e outros entes públicos	42 674,31
Total	12 369 311,25

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videla de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARRIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHO E TORREDETA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORRENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou

aprovou por 50 votos a favor e 1 (uma) abstenção

Viseu, 18/09/2023

[Handwritten signatures]



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> — Viseu, 18/09/2023						
AQUISIÇÃO EXPROPRIATIVA POR VIA DO DIREITO PRIVADO DA PARCELA N.º 6 INTEGRADA NO "PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DA AGUIEIRA" nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA João Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>						
AQUISIÇÃO EXPROPRIATIVA POR VIA DO DIREITO PRIVADO DA PARCELA N.º 6 INTEGRADA NO "PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DA AGUIEIRA" nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Viseu, 18/09/2023						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
33 PPD/PSD	SCIPIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X				
35 PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X				
39 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X				
40 PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X				
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X				
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X				
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X				
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X				
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X				
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X				
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X				
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X				
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X				
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X				
51 Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X				
52 Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X				
Resultado			1	51	0	0	0	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS NO INTERIOR DA CIRCUNVALAÇÃO DA CIDADE DE VISEU		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> — Viseu, 18/09/2023 # / /				
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	ALSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁIL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS NO INTERIOR DA CIRCUNVALAÇÃO DA CIDADE DE VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda			X			
Resultado			1	51	0	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por 50 votos a favor e 1 (um) voto contra</u>					
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO PARA EDIFÍCIOS SITUADOS EM ARU		Visu, 18/09/2023					
nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3, 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abreviar por 50 votos a favor e 1 (um) voto contra</i> Viseu, 18/09/2023 <i>[assinaturas]</i>
Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO PARA EDIFÍCIOS SITUADOS EM ARU						
		nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3, 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis						
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
			Resultado	1	50	1	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FALÁ VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou

abreviar por 50 ucho a duração e 1 (uma) abstenção

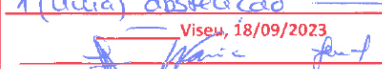
Viseu, 18/09/2023

[Handwritten signatures]



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ISENÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, na sua atual redação, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abreviar em 50 votos a favor e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 18/09/2023 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPERES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda					X	
			1	50	0	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



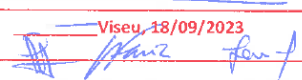
Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos	DELIMITAÇÃO DA ARU - FAÍL - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou				
	nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação		<p><i>aprovar por unanimidade</i></p> <p>Viseu, 18/09/2023</p>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Símões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leição de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos DELIMITAÇÃO DA ARU - FAÍL - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> Viseu, 18/09/2023 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVÓS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIFRANCO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felicia Mendes		X		
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X		
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
Resultado			1	51	0	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por 40 votos a favor e 11 (onze) abstenções</u> Viseu, 18/09/2023						
DELIMITAÇÃO DA ARU - VILA CHÃ DE SÁ - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ								
nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madelra		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou
Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos DELIMITAÇÃO DA ARU - VILA CHÃ DE SÁ - FREGUESIA DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abstiveram por não votarem a favor e 11 (onze) absteções</i> Viseu, 18/09/2023 <i>[Assinatura]</i>					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SCOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo			X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes			X		
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferrelra		X			
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque			X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha			X		
42	PS		Paula Cristina Santos Dias			X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques			X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa			X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo			X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	1	40	0	11	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>aprovou por unanimidade</i>					
DELIMITAÇÃO DA ARU - TRAVASSOS - FREGUESIA DE S. PEDRO DE FRANCE nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação		Viseu, 18/09/2023 <i>[Assinaturas]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>					
DELIMITAÇÃO DA ARU - TRAVASSOS - FREGUESIA DE S. PEDRO DE FRANCE nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação		Viseu, 18/09/2023					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda			X			
Resultado			1	51	0	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

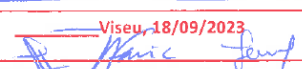
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>				
	ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas h) e n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro		Viseu, 18/09/2023 <i>[Assinaturas]</i>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Perelra Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
16	PPD/PSD	BARRIBROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas h) e n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> Viseu, 18/09/2023 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda			X			
			1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abreviar por unanimidade</i>						
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA		<p>na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro</p> <p>Viseu, 18/09/2023</p> <p><i>[Handwritten signatures]</i></p>						
nos termos e para os efeitos do disposto								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Vildeira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> Viseu, 18/09/2023				
				FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X				
35 PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X				
39 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X				
40 PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X				
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X				
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X				
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X				
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X				
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X				
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X				
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X				
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X				
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X				
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X				
51 Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X				
52 Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X				
Resultado			1	51	0	0	0	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>aprovar por 49 votos a favor, 1 (uma) voto contra e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 18/09/2023					
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques				X	
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por 49 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção</u> Viseu, 18/09/2023					
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda				X		
Resultado			1	49	1	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 13 da Ordem de Trabalhos	CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO - 2.º ADITAMENTO - RATIFICAÇÃO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abstiver por 50 votos a favor e 1 (uma) abstenção</i>				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo		Viseu, 18/09/2023				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÁ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 13 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <i>abreviar por 50 votos a favor o 1º (único) absterção</i>					
CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO - 2.º ADITAMENTO - RATIFICAÇÃO		na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo					
nos termos e para os efeitos do disposto		Viseu, 18/09/2023 <i>Maria Jo-1</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
40 PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X			
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49 PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51 Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52 Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena				X	
Resultado			1	50	0	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



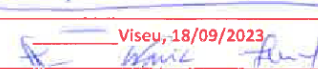
Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023

VOTAÇÕES

Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>abreviar por unanimidade</u> Viseu, 18/09/2023							
PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO DE VISEU - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD			José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD			Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD			Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD			Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD			Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD			Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD			Ana Paula dos Reis Madeira		X			
8	PPD/PSD			João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD			Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD			Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD			Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD			Maria Francisca Damão Loureiro		X			
13	PPD/PSD			Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
14	PPD/PSD			António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ		José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2023 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Resultado
Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO DE VISEU - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 18 de setembro de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 18/09/2023 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	1	51	0	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses